

ATA DA DÉCIMA SESSÃO ORDINÁRIA DA TERCEIRA SESSÃO LEGISLATIVA
ORDINÁRIA DA DÉCIMA OITAVA LEGISLATURA, EM 27-02-2023.

Aos vinte e sete dias do mês de fevereiro do ano de dois mil e vinte e três, reuniu-se, presencialmente, no Plenário Otávio Rocha do Palácio Aloísio Filho, e virtualmente, nos termos da Resolução nº 2.584/20, a Câmara Municipal de Porto Alegre. Às quatorze horas e quinze minutos, foi realizada a segunda chamada, na qual registraram presença Airto Ferronato, Alexandre Bobadra, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Engº Comassetto, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Giovane Byl, Giovani Culau e Coletivo, Hamilton Sossmeier, Jonas Reis, José Freitas, João Bosco Vaz, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mauro Pinheiro, Márcio Bins Ely, Pablo Melo, Prof. Alex Fraga, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário, Roberto Robaina e Tiago Albrecht. Constatada a existência de quórum, o Presidente declarou abertos os trabalhos. Ainda, durante a Sessão, registraram presença Aldacir Oliboni, Biga Pereira, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Moisés Maluco do Bem, Mônica Leal e Pedro Ruas. À MESA, foram encaminhados: os Projetos de Lei Complementar do Legislativo nº 020 e 022/22 (Processos nº 0588 e 0608/22, respectivamente), e os Projetos de Lei do Legislativo nº 307 e 309/22 (Processos nº 0611 e 0614/22, respectivamente), de autoria de Cintia Rockenbach; o Projeto de Lei do Legislativo nº 335/21 (Processo nº 0808/21), de autoria de Giovani Culau e Coletivo, de Cláudia Araújo, de Psicóloga Tanise Sabino, de Giovane Byl, de Lourdes Sprenger, de Daiana Santos, de Hamilton Sossmeier e de Aldacir Oliboni; o Projeto de Lei do Legislativo nº 038/23 (Processo nº 0081/23), de autoria de Claudio Janta; o Projeto de Lei do Legislativo nº 043/23 (Processo nº 0089/23), de autoria de José Freitas; os Projetos de Lei do Legislativo nº 046 e 047/23 (Processos nº 0096 e 0097/23, respectivamente), de autoria de Idenir Cecchim; o Projeto de Lei do Legislativo nº 050/23 (Processo nº 0100/23); e o Projeto de Resolução nº 018/22 (Processo nº 0338/22), de autoria de Luiggi Bertaco. Também, foram apregoados os seguintes Ofícios, do Prefeito: nº 0564, 0565, 0572 e 0582/23, encaminhando, respectivamente, o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 004/23 (Processo nº 0110/23), o Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 005/23 (Processo nº 0111/23), o Projeto de Lei do Executivo nº 005/23 (Processo nº 0124/23), e o Projeto de Lei do Executivo nº 006/23 (Processo nº 0132/23). Ainda, foi apregoadado o Ofício nº 0566/23, do Prefeito, solicitando a retirada de tramitação do Projeto de Lei Complementar do Executivo nº 018/22 (Processo nº 0839/22). Foi apregoadado documento firmado por Jessé Sangalli, Líder da Bancada do Cidadania, por meio do qual comunica a retirada dessa agremiação partidária do bloco constituído em vinte e um de março de dois mil e vinte e dois, originalmente integrado pelo Cidadania, pelo Partido Progressista e pelo Partido Socialista Brasileiro. A seguir, foi iniciado o período de COMUNICAÇÕES, destinado a homenagear a senhora Lúcia Campo Pellanda, reitora da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSA), nos termos do Requerimento nº 027/23 (Processo nº 0083/23), de autoria de Giovani Culau e Coletivo. Compuseram a Mesa: Hamilton Sossmeier, presidindo, Lúcia Campo

Pellanda, Airton Silva, Vivian Ayres, Fabíola Loguercio e Tássia Amorim. O Presidente convidou Giovani Culau e Coletivo a proceder à entrega da Comenda Porto do Sol à senhora Lúcia Campo Pellanda. Em continuidade, o Presidente concedeu a palavra a Lúcia Campo Pellanda, que agradeceu a homenagem. Os trabalhos foram suspensos das quatorze horas e quarenta e oito minutos às quinze horas. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciou-se Roberto Robaina. Em COMUNICAÇÕES, pronunciaram-se Eng^o Comassetto, Lourdes Sprenger e Pedro Ruas. Foi apregoado documento firmado por Airto Ferronato, Líder da Bancada do Partido Socialista Brasileiro, por meio do qual comunica a retirada dessa agremiação partidária do bloco constituído em vinte e um de março de dois mil e vinte e dois, originalmente integrado pelo Cidadania, pelo Partido Progressista e pelo Partido Socialista Brasileiro. Em GRANDE EXPEDIENTE, pronunciou-se Alexandre Bobadra. Às quinze horas e quarenta e sete minutos, constatada a existência de quórum deliberativo, foi iniciada a ORDEM DO DIA. Em Votação, foram aprovados os Requerimentos n^{os} 020 e 031/23 (Processos n^{os} 0066 e 0109/23, respectivamente). Em Votação, foi aprovado o Requerimento n^o 007/23 (Processo n^o 0022/23), após ser encaminhado à votação por Comandante Nádia, Prof. Alex Fraga e Mônica Leal, por vinte e seis votos SIM, em votação nominal solicitada por Tiago Albrecht, tendo votado Sim Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Biga Pereira, Cassiá Carpes, Claudio Janta, Cláudia Araújo, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Gilson Padeiro, Giovani Culau e Coletivo, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, Jonas Reis, José Freitas, João Bosco Vaz, Marcelo Sgarbossa, Mari Pimentel, Moisés Maluco do Bem, Mônica Leal, Pablo Melo, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Tiago Albrecht. Foram apregoados Requerimentos: de autoria de Aldacir Oliboni, solicitando a retirada de tramitação dos Projetos de Lei do Legislativo n^{os} 083/20 e 423/21 (Processos n^{os} 0216/20 e 1004/21, respectivamente); e de autoria de Jonas Reis, solicitando a retirada de tramitação do Projeto de Lei do Legislativo n^o 329/21 (Processo n^o 0802/21). Em Votação, foi aprovado o Requerimento n^o 009/23 (Processo n^o 0036/23), após ser encaminhado à votação por Comandante Nádia, Roberto Robaina, Airto Ferronato, Jessé Sangalli, Tiago Albrecht, Aldacir Oliboni, Alexandre Bobadra, Ramiro Rosário, Mônica Leal, Idenir Cecchim, Jonas Reis e Giovani Culau e Coletivo, por quatorze votos SIM e doze votos NÃO, em votação nominal solicitada por Comandante Nádia, tendo votado Sim Alexandre Bobadra, Cassiá Carpes, Comandante Nádia, Fernanda Barth, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, José Freitas, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise Sabino, Ramiro Rosário e Tiago Albrecht, e votado Não Airto Ferronato, Aldacir Oliboni, Biga Pereira, Claudio Janta, Eng^o Comassetto, Giovani Culau e Coletivo, Jonas Reis, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa, Pedro Ruas, Prof. Alex Fraga e Roberto Robaina. Em Votação, foi aprovado o Requerimento n^o 024/23 (Processo n^o 0074/23), após ser encaminhado à votação por Cassiá Carpes e Jonas Reis, por quatorze votos SIM e cinco votos NÃO, em votação nominal solicitada por Aldacir Oliboni, tendo votado Sim Cassiá Carpes, Comandante Nádia, Conselheiro Marcelo, Fernanda Barth, Gilson Padeiro, Idenir Cecchim, Jessé Sangalli, Lourdes Sprenger, Mari Pimentel, Mônica Leal, Pablo Melo, Psicóloga Tanise

Sabino, Ramiro Rosário e Tiago Albrecht, e votado Não Aldacir Oliboni, Engº Comassetto, Karen Santos, Marcelo Sgarbossa e Roberto Robaina. Foi informado que, no dia quatorze de fevereiro do corrente, Ramiro Rosário foi eleito e empossado Vice-Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, durante a segunda Reunião Ordinária desta comissão. Na oportunidade, foi registrada a intenção de Fernanda Barth e Márcio Bins Ely em terem votado favoravelmente ao Requerimento nº 007/23 (Processo nº 0022/23). Às dezessete horas e vinte e um minutos, foi encerrada a Ordem do Dia. Em COMUNICAÇÃO DE LÍDER, pronunciaram-se Mari Pimentel, Jonas Reis, Jessé Sangalli. Em PAUTA, estiveram: em 1ª Sessão, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 446/22, 020, 035 e 037/23; e, em 2ª Sessão, o Projeto de Lei do Executivo nº 001/23, os Projetos de Lei do Legislativo nºs 372 e 454/22, 025, 030 e 033/23, e o Projeto de Resolução nº 001/23. Às dezessete horas e trinta e sete minutos, nada mais havendo a tratar, a Presidente declarou encerrados os trabalhos, convocando os vereadores para a próxima Sessão Ordinária. Os trabalhos foram presididos por Hamilton Sossmeier, Moisés Maluco do Bem e Cláudia Araújo. Do que foi lavrada a presente ata, que será submetida à apreciação da Mesa Diretora e aprovada mediante a assinatura da maioria de seus integrantes, nos termos do artigo 149, parágrafo único, do Regimento.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Boa tarde!

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Aprego documento firmado pelo Ver. Jessé Sangalli, líder da bancada do Cidadania, por meio do qual comunica a retirada dessa agremiação partidária do bloco constituído em 21 de março de 2022, originalmente integrado pelos partidos Cidadania, Partido Progressista e Partido Socialista Brasileiro.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Passamos às

COMUNICAÇÕES

SR. JOSÉ LUIS ESPÍNDOLA LOPES (Mestre de Cerimônias): Hoje, este período destina-se a homenagear, através da entrega da Comenda Porto do Sol, a Sra. Lucia Campos Pellanda, reitora da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre, e a universidade pela passagem dos seus 15 anos. Convidamos para compor a Mesa: a Sra. Lucia Campos Pellanda, reitora da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre; o Coletivo – Ver. Ailton Silva, Ver.^a Vivian Aires e Ver.^a Fabíola Loguercio.

O Ver. Giovani Culau e Coletivo, proponente desta homenagem, está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Presidente; Magnífica Reitora, professora Lúcia Campos Pellanda; gostaria de cumprimentar meus colegas vereadores e vereadoras desta Casa; também os movimentos sociais que

acompanham este momento de homenagens; de modo muito particular, cumprimentar a comunidade universitária da nossa federal da Saúde; os professores e professoras; pró-reitores e pró-reitoras; ADUFRGS sindical; o movimento estudantil que acompanha este momento tão especial. Não poderia deixar de cumprimentar também o nosso diretor-geral da Santa Casa, Júlio Flávio Dornelles de Matos, e também o nosso provedor da Santa Casa, Alfredo Guilherme Englert. Este é um momento muito especial para mim, professora, muito especial para o nosso Coletivo, que compõe a Mesa dos trabalhos, no dia de hoje, porque nós dedicamos o nosso primeiro período de Comunicações, aqui na Câmara de Porto Alegre e prestamos a nossa primeira homenagem, nesta Casa, para comemorar, Ver.^a Mônica, os 15 anos da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre e para fazer a entrega da maior honraria desta Casa, a Comenda Porto do Sol, à nossa professora Lucia Campos Pellanda. A UFCSPA comemorou, colegas, no último dia 11 de janeiro, os seus 15 anos, mas nós falamos de uma tradição e de uma história que são muito mais antigas. Uma história que começou em 1961 com a Faculdade Católica de Medicina que, a partir de 1980, com a federalização, passou a se chamar Fundação Faculdade Federal de Ciências Médicas de Porto Alegre, e hoje é uma grande universidade da nossa cidade, do nosso Estado, do País e do mundo. A Federal da Saúde hoje é uma universidade com 16 cursos de graduação, 12 programas de pós-graduação, 68 programas de residência médica, mais de 4 mil estudantes, quase 400 docentes, 213 servidores técnicos e técnicas administrativas. A Federal da Saúde hoje acumula, Presidente, títulos importantes, a segunda melhor universidade do nosso Estado, a segunda melhor graduação do País, se destaca entre as melhores universidades da América Latina e também configura, Ver. Cecchim, enquanto universidade de destaque no seu impacto social, uma das melhores universidades jovens do mundo e uma das melhores universidades de medicina do mundo, colegas. O que talvez ninguém imaginava fosse que, nessa história – Airton, Tássia, Fabíola e Vivian –, coreadores que constroem comigo esse mandato coletivo, essa universidade, a única universidade especializada em saúde no nosso País, fosse enfrentar, assim como todos e todas nós enfrentamos, uma pandemia que arrasou o mundo, o Brasil e também Porto Alegre. Quase sete milhões de mortos no mundo inteiro; 700 mil mortos no País; aqui na nossa cidade, mais de 40 mil mortos, e eu considero, e essa é uma das razões fundamentais da nossa homenagem, que, nesse período de trevas, Ver. Alex, a UFCSPA e a professora Lucia foram luzes. Num período marcado pelo negacionismo, a professora Lucia, integrante do comitê científico, foi uma voz importante em defesa dos protocolos sanitários. Enquanto muita gente contrariava os cuidados necessários, enquanto alguns governos pareciam perdidos, a UFCSPA se destacou, nos seus esforços, na ampliação da testagem, na produção de álcool gel, distribuído para pessoas em situação de rua na nossa cidade e também para atender a demanda crescente. Em um momento marcado pelo obscurantismo, esta universidade e esta reitora foram vozes importantes em defesa da vacina, como a solução efetiva e eficaz no enfrentamento da pandemia. Neste momento em que concedemos esta homenagem aos 15 anos da universidade e também a entrega desta comenda a ti, professora, eu entendo que nós fazemos um agradecimento, um

agradecimento por ter se mantido firme. Para quem ainda não a conhecia, a professora Lucia é médica, doutora, professora de epidemiologia, reitora em segundo mandato desta universidade. Eu gostaria, Ver.^a Biga, de fazer um recorte de gênero, porque, se foi difícil para todos nós enfrentarmos a pandemia, se é difícil para qualquer um e qualquer uma conduzir uma instituição como esta universidade federal, mais difícil ainda é sendo uma professora, uma reitora e enfrentando, fruto disso, redes de ódio, de desinformação, *fake news* e tentativas consecutivas de deslegitimação. Para encerrar, Presidente, eu gostaria de reafirmar que hoje nós prestamos um agradecimento e um reconhecimento que é meu, mas é coletivo. Ontem, nós nos reunimos na Ponta Grossa, que é o bairro em que me criei, para pensar este mês de março e, desde ontem, vindo aqui para Câmara, eu pensei em dois momentos muito marcantes. Um é este que estamos vivendo agora; mas eu lembro, na minha formatura do ensino médio, quando eu fui homenageado pelo diretor da escola, ele pediu que eu jamais esquecesse de onde eu vim e eu faço um esforço de não esquecer de onde eu vim, e de onde eu vim é a realidade de jovens como o Airton, como boa parte da juventude brasileira que vive na vulnerabilidade. A defesa da educação, a defesa da saúde pública são as possibilidades de transformar as nossas trajetórias. E hoje eu tenho a honra e a oportunidade de estar aqui, representando esse coletivo, enquanto o vereador mais jovem desta cidade na Câmara da capital do Rio Grande do Sul. Então digo isso para, mais uma vez, reafirmar o nosso agradecimento pela tua luta, professora, em defesa da educação. No momento em que a educação foi tratada enquanto balbúrdia, a tua luta em defesa da vida diante de um projeto de morte. Então viva a Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre, viva a professora Lucia Campos Pellanda. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Convido o Ver. Giovanni Culau e Coletivo a fazer a entrega da Comenda à Sra. Lucia Campos Pellanda.

(Procede se à entrega da Comenda Porto do Sol.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Sra. Lucia Campos Pellanda, reitora da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre (UFCSPA), está com a palavra.

SRA. LUCIA CAMPOS PELLANDA: (Saúda os componentes da Mesa e demais presentes.) É uma honra muito grande receber esta honraria representando a universidade que tem Porto Alegre no nome, a Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre. Porto Alegre é a única cidade do País a contar com uma universidade federal especializada em saúde. No dia 11 de janeiro, como o Ver. Giovanni falou, nós completamos 15 anos, embora a gente tenha mais de 60 anos de história como Faculdade de Ciências Médicas, formando eminentes profissionais de saúde do nosso meio. Nós temos a nota máxima, nota 5, pelo Ministério da Educação, e somos a segunda melhor do País no quesito graduação entre mais de duas mil universidades

avaliadas. A visão da universidade é de ser uma universidade inovadora e inclusiva, referência no ensino da saúde, produzindo conhecimento de nível internacional com impacto na sociedade. A comunidade universitária trabalhou intensamente para tornar essa visão realidade. A UFCSPA investe em inovação pedagógica, para dar conta das mudanças do mundo que exigem profissionais com habilidades e atitudes reflexivas, e trabalho em rede. Nos últimos anos, como o Ver. Giovani falou, nós ingressamos nos principais *rankings* internacionais, aumentamos a nossa produção científica e a nossa visibilidade. Estamos entre as 200 melhores universidades da área da saúde no mundo. No ano passado, nós recebemos um prêmio muito importante, o prêmio Capes/Elsevier, de maior proporção de publicações citadas em políticas públicas. Isso nos orgulha, porque mostra que o nosso trabalho está realmente dando impacto para a população e ajudando a sociedade.

A UFCSPA assumiu um protagonismo muito importante desde o início da pandemia. Além da participação nos comitês, também a universidade trabalhou em inúmeras frentes. No dia 4 de março, não havia nenhum caso notificado no Brasil ainda, mas a UFCSPA já se organizou com um seminário sobre o tema e a evidente necessidade de preparação para a chegada da epidemia no País. No dia seguinte, foi instalado o Coe da UFCSPA para iniciar essa preparação. Desde então, nossos professores, técnicos e discentes assumiram posições de liderança na linha de frente do enfrentamento à covid-19. Foi instalado, imediatamente, um programa de voluntariado; foram mais de 30 projetos de pesquisa; mais de 4,5 toneladas de álcool gel produzidas no nosso laboratório do curso de farmácia; mais de 2 mil escudos faciais e peças para respiradores produzidos no centro de inovação Santa Casa/UFCSPA; cerca de 30 mil teleatendimentos, numa colaboração com a UFRGS; mais de 50 mil testes na UFCSPA e mais 100 mil em colaboração com a Santa Casa; protocolos de atendimento de saúde mental para profissionais de saúde de idosos; entre diversos outros projetos. Uma campanha de solidariedade levou não somente roupas e alimentos, mas também informação e acolhimento no período da quarentena; foram inúmeras atividades educativas e de extensão, envolvendo todos os cursos, incluindo um curso sobre covid que envolveu mais de dois mil profissionais de saúde de todo o Brasil. A editora da UFCSPA lançou com muita agilidade uma coleção especial sobre a covid-19 que teve mais de 200 mil *downloads*, e também se destacou no cuidado com a formação para ensino a distância com um período intenso de formação docente.

Eu posso dizer que foi um período de desafios, dúvida e tristeza, mas também de descoberta de recursos, de resiliência e força, de trabalho intenso e de reafirmação do compromisso com a saúde da população e da educação. Eu agradeço à vice-reitora Jenifer Saffi, à nossa equipe, ao COE e a toda comunidade da universidade, assim como à Santa Casa. Estou aqui representando cada uma e cada um. Obrigada ao Ver. Giovani Culau, por essa proposta que tanto nos honra, e também ao mandato coletivo; que as vereadoras e os vereadores mais jovens da Câmara Municipal estejam à frente dessa homenagem aquece o coração de uma professora, porque eles conhecem e defendem o valor da educação. Na ciência, pensar diferente é um requisito, por isso, quanto mais diversa for uma equipe, melhor; se ela tiver mulheres, negras, negros,

pessoas de diferentes escolhas, amores, posições, origens e crenças, melhor vai ser. Considerar outras perspectivas sempre traz crescimento, assim como na política. A educação é essencial para a democracia porque favorece o exercício da escolha consciente; a educação inclusive permite escolhas conscientes no enfrentamento de uma pandemia. Há experiências de países que conseguiram mudanças muito rápidas, investindo maciçamente em educação. O principal resultado, que é a formação de uma nova geração, leva tempo, mas alguns desfechos intermediários aparecem no curto prazo. Quanto maior o desenvolvimento humano e tecnológico do País, mais soluções para os nossos principais desafios, mais qualidade de vida, mais atração de investimentos e um círculo virtuoso. Como repetimos inúmeras vezes em todas as oportunidades possíveis ao longo desses anos, educação não é gasto, educação é investimento. As universidades são fundamentais para o desenvolvimento do País, além de formar as pessoas que ajudam a construir o País, também produzem a ciência e diálogo com a sociedade. A ciência nos permite independência para produzir nossos medicamentos, testes, respiradores, equipamentos, para descobrir curas e formas de prevenção. Em todas as áreas, a pesquisa tem potencial de mudar a nossa vida, não fazer pesquisa é depender eternamente do conhecimento produzido por outros países. Por isso agradeço imensamente a esta Casa por nos ter concedido essa honraria e pela oportunidade de vir aqui falar um pouco do que a comunidade da UFCSPA tem construído. Construímos, todos, uma instituição que nos orgulha e reflete nossos valores de solidariedade, excelência, defesa do ser humano, da saúde e da educação, e de responsabilidade com o povo brasileiro. Acreditamos que a educação é o que podemos fazer de melhor para mudar o mundo. Formamos profissionais de saúde competentes, mas que jamais esquecerão que são seres humanos capazes de se emocionarem com outros seres humanos, com a fragilidade da vida que nós aprendemos a proteger. A universidade que tem Porto Alegre no nome quer continuar contribuindo para o crescimento de Porto Alegre, com trabalho e dedicação. Inovar em saúde é também pensar em uma cidade mais inclusiva, mais pacífica, mais solidária e mais humana. Muito obrigada. (Palmas.)

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Muito obrigado, Sra. Lucia Campos Pellanda, reitora da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre.

Eu quero registrar a presença do ex-Presidente desta Casa, Reginaldo Pujol, e também da deputada federal Daiana Santos. Quero registrar também a presença do cônsul do Japão Takashi Yokoyama, que está nos visitando, dando a honra de estar aqui conosco hoje. Portanto, uma salva de palmas ao nosso cônsul, à Daiana Santos e ao Reginaldo Pujol. (Palmas.)

Vereadora Biga Pereira (PCdoB): Quero cumprimentar o Ver. Giovanni Culau pela belíssima iniciativa, junto com o Movimento Coletivo – Tássia, Vivian, Airton e Fabíola. Parabéns por essa bela iniciativa de reconhecimento, nossa querida

professora-reitora, da nossa estimada Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre, uma comenda, que é essa homenagem tão linda como é a homenagem Porto do Sol. Parabéns, Giovani! Parabéns, professora-reitora Lucia Pellanda. Obrigada.

Vereador Prof. Alex Fraga (PSOL): Boa tarde, Presidente; Dra. Lucia Pellanda, através da saudação a ti, eu, em nome da bancada do PSOL – os meus colegas Ver. Pedro Ruas, Ver. Roberto Robaina e Ver. Karen Santos –, trago também os meus cumprimentos a toda a comunidade estudantil, o corpo docente e o corpo de servidores dessa universidade. Deixo um abraço especial para minha prima, Evelise, que é servidora de carreira da casa; o meu amigo e contemporâneo da universidade, Luciano, que está fazendo a fotografia aqui. É com muito carinho que eu trago essa homenagem, porque lá em 2009, primeiro ano que abriu vagas pelo SISU, eu me inscrevi, na época professor, fui aprovado no curso de farmácia. Infelizmente, não pude cursar a faculdade porque já tinha obrigações profissionais e filhos para sustentar. Parabéns! É uma justíssima homenagem. Parabenizo também o Ver. Giovani e o seu Coletivo pela justa e necessária homenagem. Nós precisamos fortalecer a educação pública no nosso País, pois é um bem extremamente precioso que muda vidas e assim podemos mudar o futuro da nossa Nação. Um grande abraço e parabéns!

Vereador Engº Comassetto (PT): Quero iniciar cumprimentando o Ver. Giovani e Coletivo, seu gabinete também pela sua primeira homenagem aqui como vereador nesta Casa, e é justamente para a professora Lucia Pellanda e para toda a sua equipe, que aqui está. Quero dizer que a Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre, nesses 15 anos, já deixou a sua marca. E aqui fala alguém que quase morreu com a covid-19; enfrentar principalmente a visão obscurantista, desenvolver a ciência, fazer se tornar realidade, fazer a sociedade acreditar não são tarefas fáceis. Meus parabéns a toda equipe da universidade federal, à sua saúde sempre! Um grande abraço para a senhora e para a universidade. Ver. Giovani, também receba o nosso carinho. Muito obrigado. Aproveito para saudar também o nosso cônsul Takashi. Seja bem-vindo! Viva a universidade pública! Um grande abraço.

Vereador Jonas Reis (PT): Venho aqui, Sr. Presidente, para cumprimentar o mandato coletivo do Giovani, enfim, os demais vereadores e vereadoras, e a Sra. Lucia, e dizer: vida longa aos servidores públicos, ao serviço público de qualidade, às universidades do Brasil, à nossa ciência tão importante para o avanço socioeconômico do nosso País, que precisa muito avançar para combater as desigualdades, e a gente sabe que as políticas de saúde são fundamentais para desmobilizar esse abismo que há ainda entre as elites e a classe trabalhadora. Então receba o meu abraço, receba o nosso afeto e o nosso reconhecimento. Enquanto tivermos servidores públicos lutando para garantia de um ensino de qualidade, com certeza, haverá um futuro promissor para toda Nação. Obrigado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Parabenizamos o mandato coletivo, na pessoa do Ver. Giovani Culau, e a reitora da Universidade Federal de Ciências da Saúde de Porto Alegre, Lucia Campo Pellanda. Nós vamos suspender a suspensão para que possamos tirar as fotos oficiais e para que possamos nos despedir do cônsul do Japão, Takashi Yokoyama. Agradecemos a sua presença, por nos dar a honra de nos visitar e conhecer o Parlamento de Porto Alegre. Muito obrigado pela presença do cônsul, obrigado por este momento tão especial da homenagem do Ver. Giovani Culau e Coletivo.

(Suspendem-se os trabalhos às 14h48min.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): (15h) Estão reabertos os trabalhos.

O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para uma Comunicação de Líder, pela oposição.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Vereadores, vereadoras, público que assiste à TVCâmara, queria falar na condição de líder da oposição, Ver. Engº Comassetto e Ver. Oliboni, vice-líder da oposição, dirigente histórico do PT; neste final de semana, tivemos uma notícia nos jornais locais, mostrando que o governo Melo, o prefeito Melo – eu já tinha dito isso na tribuna – já começou sua campanha eleitoral; o prefeito Melo já está, na verdade, trabalhando pela sua reeleição. A nota que evidentemente o governo buscou repercutir nos jornais locais, dizendo que há uma ampla unidade das forças que sustentam o governo Melo aqui na Câmara dos Vereadores... É fato que o governo Melo tem uma ampla maioria aqui na Câmara de Vereadores de Porto Alegre, uma maioria que chegou a votar, inclusive por maioria, uma moção de repúdio ao presidente do Tribunal Superior Eleitoral, o ministro Alexandre de Moraes, que, na verdade, foi uma das pessoas responsáveis por garantir justamente a lisura do processo eleitoral do ano passado. E a maioria desta Câmara chegou a votar uma moção de repúdio a esse Ministro; assim como uma série de projetos de leis que inclusive vão alterando, por exemplo, o Plano Diretor da cidade, sem que a cidade discuta de verdade sobre esses temas. Então a Câmara dos Vereadores, cuja maioria o prefeito, de fato, tem, tem adotado uma linha política que eu considero muito ruim para a cidade de Porto Alegre. Esse é o debate que nós temos que fazer. Por que eu acho grave? O prefeito Melo começa a sua campanha eleitoral, faltando ainda dois anos para governar, portanto ele antecipa o processo eleitoral, Ver. Pedro Ruas. É muito importante sua presença aqui, Ver. Pedro Ruas, porque eu considero que os líderes da oposição necessitam discutir também o processo eleitoral. Eu, evidentemente, nesse caso, não falo como líder da oposição, porque eu acho que a gente ainda precisa amadurecer e debater, mas eu estou convencido de que é necessária uma ampla unidade democrática para desbolsonarizar Porto Alegre, e isso significa, sim, mudar o governo municipal. E o prefeito Melo adotou uma posição de sustentação do ex-Presidente Bolsonaro, e, portanto, de sustentação da continuidade do

bolsonarismo em Porto Alegre. Não é à toa que no dia de hoje o senador atual Mourão, que foi o vice do Bolsonaro, também mostrou seu apoio à reeleição do Melo, como parte dessa ampla unidade da classe dominante de Porto Alegre a favor da reeleição desse prefeito que tem sido um prefeito que tem governado para os ricos, que tem desprezado as políticas sociais. Tanto tem desprezado as políticas sociais que nós temos na cidade de Porto Alegre mais de 100 mil porto-alegrenses em situação de insegurança alimentar gravíssima. Isso significa que nós temos mais de 100 mil porto-alegrenses passando fome em Porto Alegre. Pelos cálculos do ministério, do ano passado, nós temos 212 mil pessoas numa situação de extrema pobreza. E o governo, Ver. Pedro Ruas, em 2021, o índice que não baixava de 3% do orçamento da Prefeitura ficou em 2,38%, da Fundação de Assistência Social e Cidadania; têm sido reduzidos os recursos para os programas de assistência social e combate à fome no município de Porto Alegre, embora tenhamos mais de 100 mil porto-alegrenses nessa situação. Então nós vamos necessitar, sim, de uma ampla unidade democrática das forças que se reivindicam de esquerda para derrotar esse projeto de continuidade do bolsonarismo em Porto Alegre.

Eu, pessoalmente, Comassetto, tenho sustentado que essa unidade passa, sim, pelo trabalho comum do PT, do PSOL, do PCdoB, tenho sustentado que é importante nós discutirmos, inclusive os nomes - nós vamos ter que fazer esse debate dos nomes. Eu que tive a honra de ser indicado suplente do senador Olívio, por exemplo, fiquei muito contente, muito orgulhoso naquela oportunidade, porque eu vi a força do ex-governador Olívio Dutra, a sua saúde, a sua disposição. Então Olívio Dutra é um grande nome; nós temos nomes para desbolsonarizar Porto Alegre, assim como eu considero que o Pedro Ruas, que é um dos vereadores mais experientes, tem condições, sim, de encabeçar uma frente democrática para garantir essa tarefa. Esse debate que o governo Melo colocou na cidade de Porto Alegre terá, vocês podem ter certeza, uma oposição, terá uma oposição que não apenas vai negar o projeto do governo, mas vai afirmar uma alternativa, porque Porto Alegre necessita de uma alternativa, e esse debate começou a partir dos planos do governo Melo de construir uma ampla unidade dos setores privilegiados da cidade de Porto Alegre para continuar o bolsonarismo na nossa cidade. A cidade de Porto Alegre não merece a continuidade do bolsonarismo. Esse debate que o prefeito está colocando, nós, sim, aceitamos, colocamos o desafio e alertamos a cidade de Porto Alegre para começar a discutir a necessidade de uma alternativa democrática. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Eng^o Comassetto está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR ENG^o COMASSETTO (PT): Sr. Presidente; colegas vereadores e vereadoras, quero cumprimentar os colegas, todos que nos assistem e quero convidar todos aqui para uma reflexão. Sem casa, sem endereço, não há cidadania. Nós temos em Porto Alegre hoje, dados do Departamento Municipal de Habitação, 77 mil famílias que não têm onde morar, não têm casa em Porto Alegre.

Tem, aproximadamente, 150 mil famílias que moram em áreas de risco, e o serviço das áreas de risco, que era na SMAM antigamente, foi totalmente desmantelado, não existe mais um controle prévio do serviço das áreas de risco. E nós todos assistimos, cada vez mais, as intempéries que vêm ocasionando acidentes naturais com muita dor, como é o caso de São Paulo. Apesar de nós termos uma geologia diferente de São Paulo, aqui também as comunidades estão submetidas às áreas de risco. No último dia 14 de fevereiro, o Presidente Lula assinou a [Medida Provisória nº 1.162](#), restituindo, recriando, Ver.^a Cláudia, o grande programa habitacional que é o programa Minha Casa, Minha Vida e que tem a meta de construir mais 2,5 milhões, Ver. Cassiá, de residências no próximo período. E aí tem uma questão importante que eu quero fazer uma reflexão, que os objetivos do programa somente serão alcançados por linhas de atendimento que considera as necessidades habitacionais, tais como: provisão subsidiada de unidades habitacionais novas em áreas urbanas e/ou rurais – não podemos esquecer que nós temos área rural e que tem assentamento irregular aqui na área rural; provisão financiada de unidades habitacionais novas ou usadas; locação social de imóveis; provisão de lotes urbanizados; e melhoria habitacional em áreas urbanas e rurais.

Um dos últimos projetos que nós votamos aqui coletivamente foi suspender o despejo da Mato Sampaio. Tenho informações que não avançou nada aquela regularização ou a urbanização daquela região desde esses últimos três anos. E aí o que diz a medida provisória em relação aos municípios, de onde vêm os recursos: poderão ser contrapartidas financeiras, físicas ou de serviços de origem pública municipal; doações públicas ou privadas destinadas aos fundos de que tratam as leis existentes e outros recursos destinados à implementação do programa oriundos de fontes nacionais e internacionais. E aí nós temos 77 mil famílias que não têm onde morar e, neste final de semana, eu fiquei um tanto estarrecido, eu quero trazer aqui para fazer o debate, quando os jornais noticiaram, Ver.^a Lourdes, que o prefeito municipal quer usar os R\$ 35 milhões que têm no Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social para pagar dívidas e/ou juros de dívidas. Será que esses R\$ 35 milhões não deveriam estar sendo usados na regularização das vilas, Ver. Ramiro? Então acho que nós precisamos debater isso, verificar inclusive para captar mais recurso federal. E eu quero dizer que eu sou governo federal e sou parceiro para que nós possamos buscar recursos federais. Nós temos, no Centro, Presidente, o senhor sabe quantos mil imóveis têm, fechados, na zona urbana central de Porto Alegre? Quinze mil imóveis. Por que nós construímos conjuntos habitacionais imensos lá na Lomba do Pinheiro, além Restinga, além Rubem Berta? Por que não colocar essas pessoas a morarem no Centro, Ver. Pedro Ruas? Aquele que trabalha no comércio, e eu vou concluindo aqui a minha fala, Sr. Presidente, o pessoal da segurança. Hoje, o Centro da cidade é inseguro, porque não tem gente morando. Quando a gente coloca a população, a segurança e a vida social vêm junto. Então eu quero trazer uma reflexão e que nós, desde já, venhamos a ter uma posição e destinar esses recursos dos fundos, e, no caso do Fundo Municipal de Habitação de Interesse Social, para aplicar imediatamente no resgate dessas famílias que correm risco de vida. Porque sem casa e sem endereço não há cidadania. Muito obrigado, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.^a Lourdes Sprenger está com a palavra em Comunicações.

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Sr. Presidente, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, público que nos assiste pela TVCâmara; hoje, Dia Mundial de Esterilização dos Animais, que foi criado há 27 anos pela The Humane Society, e estava envolvida a atriz Doris Day. Eu faço uma reflexão sobre esse tema que diz respeito a nossa cidade e a todas as cidades brasileiras. A falta de controle populacional de animais tem como consequência o crescimento aleatório e desenfreado de animais de rua, causando abandono e maus tratos, como violência, envenenamento, descarte de animais em via pública e doenças. Além do que abandonar e maltratar animais é crime com previsão de detenção e multa. Felizmente foi aprovado por unanimidade nesta Casa, em dezembro de 2019, o projeto de minha autoria que institui a Política Municipal de Controle Populacional de Animais Domésticos, [Lei Complementar nº 878/2020](#), que estabeleceu também o marco regulatório da política pública municipal de controle populacional de animais domésticos na capital, e é referência para outros municípios do nosso Estado e do País. Complementando essas ações, como parlamentar e com responsabilidade social, repassei mais de R\$ 2 milhões com emendas impositivas ao longo do tempo, para o Município aplicar nessas políticas públicas. Aprovei as 80 mil castrações que serão realizadas em três programas: o das clínicas veterinárias conveniadas, o das castrações na periferia com o castramóvel, o das castrações na Lomba do Pinheiro, e atendimentos outros. Agora o castramóvel da Prefeitura, que está para ser lançado, já está pronto. Então, mais do que uma data a ser comemorada no dia 27 de fevereiro, com o Dia Mundial da Esterilização, temos, em nossa cidade, ações práticas para o controle populacional de animais. Como presidente da Frente Parlamentar Porto Alegre Sem Maus -Tratos aos Animais, a campanha permanente de conscientização da importância do controle populacional continua como forma de diminuição do abandono e o descaso com cães e gatos.

Eu trouxe um *pen drive* para colocar, acho que o diretor vai colocar, porque eu quero fazer uma comparação.

(Procede-se à apresentação.)

VEREADORA LOURDES SPRENGER (MDB): Os nossos orçamentos, ao longo do tempo, sempre ficaram abaixo do que nós aprovamos. O Município está investindo, em 2022, R\$ 5,678 milhões; e, em 2023, R\$ 6,275 milhões, o que vem a contemplar todos esses programas e a logística para atender o que nós aprovamos. Eu cumprimento o Município por todas essas ações a serem desenvolvidas no Gabinete da Causa Animal, que não é secretaria. Então, em 2023, teremos os R\$ 6,275 milhões para essas ações. Aqui está todo o orçamento desde 2011, quando se implantou alguma ação pública para animais, ainda no governo Fogaça. A partir daí, tivemos secretaria, mas nenhuma investiu o que a Prefeitura está investindo em 2022 e 2023. Ainda temos que

buscar emendas federais, afinal os candidatos vêm aqui buscar o voto na capital, mas cadê o recurso? Independe de partido, na hora em que tiram uma foto com cachorrinho para buscar voto na campanha, esquecem que nós precisamos de recursos para o controle populacional, para a vacinação, etc. Números de castrações: em 2022, realizamos 21.992; 2021, 9.133; e, nos demais anos, os números foram cada vez mais inferiores. A cada castração se diminui o número em 32 novos animais, então, com tudo isso, deixaram de nascer 996.000 novos cães e gatos. Chegamos também a ter dois castramóveis no passado, que foram sucateados, e agora nós estamos voltando com um, por emenda federal, e eu vou dizer: do deputado federal Bibó Nunes – ele que passou esse recurso para a Prefeitura. Eu não tenho problema com partido, eu tenho a minha causa. Logo, logo, ele vai estar nas ruas, com o apoio do prefeito Melo, para entrar em ação.

Além dos recursos para a causa animal, nós também, como vereadora, atuamos na área da saúde, hospitais filantrópicos, assistência a entidades sociais para PCDs, e são recursos que devem ser utilizados pelos órgãos e entidades na aquisição de equipamentos, material permanente e desenvolvimento social. Também há equipamentos para o castramóvel.

Por tudo isso, hoje eu quero comemorar, sim! Depois de mais de 20 anos em luta, nós tivemos o apoio do prefeito e a palavra cumprida para atender a causa animal da cidade de Porto Alegre. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Moisés Maluco do Bem está com a palavra em Comunicações. (Pausa.) Ausente. O Ver. Pedro Ruas está com a palavra em Comunicações.

VEREADOR PEDRO RUAS (PSOL): Presidente Hamilton Sossmeier, que preside a Casa e a sessão; vereadoras e vereadores; públicos que nos assiste; eu quero fazer uma saudação especial ao Laerte e à Jussara, a sua visita de hoje me deixou contente e emocionado, muito obrigado. Mas o que me traz à tribuna, Presidente, são alguns temas, eu vou procurar ser sintético em cada um deles por conta do tempo. Primeiro, o Ver. Comassetto até fez uma referência importante: o fundo da habitação. Na verdade, Ver. Comassetto, não é apenas o da habitação, é também o da cultura; é também o do meio ambiente. Mas o prefeito quer acabar com todos os fundos, de todas as áreas, sem usá-los? O da cultura, da habitação e do meio ambiente – só para dar três exemplos – não são estimulados em todo o governo Melo. Ao invés de propor projetos de utilização desses recursos, o governo quer utilizá-los em outras situações, provavelmente, nenhuma delas para ajudar pessoas carentes, pobres, necessitadas de alimentação, com certeza, desse recurso não sairá nenhuma cesta básica na FASC.

Quero dizer também que hoje tivemos uma ampla divulgação de um evento que é, em parte, promovido pela igreja católica, pela CNBB, Cáritas, que agora tem na campanha deste ano o lema Fraternidade e Fome. Nós, juntos com a ação da cidadania, com conselhos municipais, nacionais – Conselho Nacional de Segurança Alimentar e

Nutricional (Consea), Conselho Municipal de Segurança Alimentar e Nutricional Sustentável (Comsans) –, estivemos na distribuição de alimentos no centro da cidade hoje. E nós temos hoje, o Ver. Robaina chegou a falar em alguns números, mas nós temos, oficialmente, 110 mil pessoas em Porto Alegre em situação de insegurança alimentar. Eu vou dar o dado técnico, passando fome não sei qual é o percentual desse, mas em insegurança alimentar é alguém que ou passa fome ou se alimentou à tarde, não sabe se vai se alimentar à noite ou sabe que vai se alimentar à noite, mas não sabe noutro dia. Então, esse é o conceito da insegurança alimentar. E nós temos, em Porto Alegre, número inédito de 110 mil pessoas. Não é possível conviver com isso. Nós temos que ter ações emergenciais - e temos - da sociedade civil organizada; e precisamos exigir, sim, que o governo Melo, ao invés de diminuir as cestas básicas, que eram 10 mil no primeiro ano, hoje são seis mil, aumentasse para 20 mil, para 30 mil, 50 mil seria o necessário.

Quero falar também de um outro tema, Presidente Hamilton Sossmeier. Eu estive representando a Comissão de Direitos Humanos, a CEDECONDH, que conta com a presidência do Ver. Conselheiro Marcelo, na retomada diária dos indígenas das nações xokleng e Kaingang; e lá representei a Câmara também, a Câmara foi muito elogiada naquele momento. Quero fazer um registro elogioso da importância da ida lá do procurador-geral do Município. O Roberto Rocha foi lá, a Procuradoria da República estava lá, estavam também muitos órgãos vinculados à justiça. É importante isso, porque - já vou concluir - mostra uma sensibilidade com a retomada daqueles indígenas por aquela área, que sempre foi, historicamente foi deles, e ironicamente estão sendo retirados de lá por uma empresa com várias dívidas com a União Federal, que é o grupo Maisonnave, e que provavelmente não consiga ter sucesso na justiça. Amanhã teremos, às 14h, aqui na nossa CEDECONDH, uma sessão específica, Presidente Hamilton Sossmeier, para a qual convido V. Exa., a Ver.^a Mônica Leal, que me honra com a sua atenção, porque aí debateremos bem esse tema e eu fico agradecido. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.^a Psicóloga Tanise Sabino está com a palavra em Comunicações. (Desiste.)

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo documento firmado pelo Ver. Aírto Ferronato, líder da bancada do PSB, por meio do qual Sua Excelência comunica a retirada dessa agremiação partidária do bloco constituído em 21 de março de 2022, originalmente integrado pelo Cidadania, pelo Partido Progressista (PP) e pelo Partido Socialista Brasileiro (PSB).

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Passamos ao

GRANDE EXPEDIENTE

O Ver. Alexandre Bobadra está com a palavra em Grande Expediente.

VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PL): Colegas vereadores, telespectadores da TVCâmara, Sr. Presidente, todas as pessoas que estão nos prestigiando neste dia tão importante, quero fazer aqui, nesses próximos 15 minutos, um breve apanhado, um resumo do governo Bolsonaro. Eu sei que 15 minutos é muito pouco tempo, mas a nossa assessoria organizou um PowerPoint para mostrar para vocês e para os demais interessados alguns feitos do nosso importante e melhor Presidente da história do Brasil.

(Procede-se à apresentação.)

VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PL): Retomada da indústria e geração de emprego; resumo das realizações do governo Bolsonaro – para quem quiser acompanhar, depois eu passo a fonte. Foram gerados 5,3 milhões de empregos desde julho de 2020; saldo positivo de 1,3 milhões de empregos somente em 2022. Viste, Ver. Engº Comassetto? Menor índice de desemprego desde 2015, Ver. Pedro Ruas. Foram 8 milhões de empresas abertas em 3 anos, Ver. Roberto Robaina, média, 2,7 milhões por ano. Nos governos do PT, foram 8 milhões em 14 anos. O Programa Emergencial de Manutenção do Emprego e da Renda salvou pelo menos 10 milhões de empresas da falência. Tributos federais zerados, Ver. Ramiro, sobre a gasolina, etanol e diesel. Lei para redução obrigatória do ICMS sobre os combustíveis, eletricidade e telecomunicação; redução de IPI em até 35% para a maioria dos produtos fabricados no Brasil, Ver. Tiago. Criação da Secretaria de Atenção Primária à Saúde e Departamento de Saúde da Família, Ver. Cassiá. Programa Mais Médico no Brasil, informatização do serviço de saúde com Conecte SUS; foram R\$ 333 milhões para contratação de profissionais da área de saúde; conclusão das obras de UPAs que estão paradas e transformou unidades básicas de saúde em clínicas da família. Ver. Jessé, mais de R\$ 626 bilhões investidos exclusivamente no combate ao vírus da covid-19. Agora acabou a covid; R\$ 28 bilhões para aquisição de vacinas contra a covid; aquisição de 600 milhões de doses contra a covid – 600 milhões de doses, não é pouca coisa; R\$ 375 bilhões em repasses gerais para estados e municípios investirem em saúde, Ver.^a Cláudia; piso salarial nacional da enfermagem, enfermeiros, técnicos, auxiliares e parceiras, Ver.^a Lourdes; concessão de pensão vitalícia às crianças vítimas do Zika vírus, Ver.^a Nádia; reajuste histórico de 33% para professores de educação básica, Prof. Alex Fraga; R\$ 275 bilhões repassados para as escolas públicas, Ver.^a Mari Pimentel; só em 2021, R\$ 178 milhões foram destinados para a formação de professores via Capes, Ver. Gilson Padeiro; R\$ 13 bilhões repassados ao Programa Nacional de Alimentação Escolar, Ver. Janta; R\$ 6,8 bilhões repassados ao Programa Nacional do Livro Didático, Ver. Jonas; R\$ 2,2 bilhões repassados ao Programa Nacional de Apoio ao Transporte Escolar; R\$ 24 bilhões investidos na educação básica entre 2020 e 2022; perdão da dívida do Fies, Ver. Cassiá, desconto de até 99% da dívida, beneficiando mais de 1 milhão de alunos; mais de 80 mil alunos matriculados nas escolas cívico-militares, Ver.^a

Nádia; R\$ 5,4 bilhões investidos em segurança entre 2019 e 2021, nosso eterno Ver. Pujol; menor número de assassinatos desde 2011, maior redução no número de homicídios da história recente; R\$ 1,5 bilhão repassados para as nossas polícias estaduais, Ver. Ruas; prejuízo de R\$ 30 bilhões ao crime organizado, incluindo o tráfico de drogas, Prof. Alex Fraga; criação do Programa Vigia, desarticulando o tráfico nas fronteiras, Ver. Sossmeier; intensificação do número de operações da Força Nacional, de 46, em 2018, para 96, em 2021; Ver. Reginaldo Pujol, porte de arma para o produtor rural defender sua família e sua propriedade. Viu, Ver. Comassetto, o senhor pode usar arma na sua propriedade rural. Redução expressiva do número de invasões da propriedade rural, 96% menor do que nos governos de esquerda. Maior programa de transferência permanente de renda da história do Brasil, Ver. Prof. Alex Fraga, maior e mais completo que o antigo programa de pagamento mínimo de R\$ 600,00, a partir de agosto de 2022, Ver. Gilson Padeiro. Em média, no Auxílio Brasil, até julho de 2022, se pagava R\$ 400,00. O Auxílio Brasil, em 2002, R\$ 600,00. O maior programa assistencial do mundo, mais de 68 milhões de brasileiros beneficiados pelo auxílio emergencial – R\$ 355 bilhões pagos diretamente ao cidadão. Somente em 2022, os valores pagos equivalem a 15 anos do Bolsa Família. Uma boa gestão de honestidade, estatais voltaram a dar lucro depois de anos de prejuízos bilionários em governo de esquerda. Em 2015, prejuízo de R\$ 32 milhões. Em 2019, lucro de R\$ 109 bilhões. Em 2020, lucro de R\$ 69 bilhões. Em 2021, lucro de R\$ 188 bilhões. Combate à corrupção: em 2002, 202 operações da Controladoria-Geral da União – entre 2019 e 2021. A média anual de operações contra corrupção, nos governos de esquerda, era 22; no governo Bolsonaro, foram 67. Quinze bilhões de reais de valores acordados e seis bilhões de reais de valores já devolvidos nos acordos de leniência no combate à corrupção.

Com relação ao meio ambiente: O Brasil é uma superpotência ecológica e o país que mais preserva no mundo – 66,3% do território é preservado. Um dos Códigos Florestais mais rígidos do mundo! Na Amazônia, 80% da propriedade tem que ser preservada. Olha que bacana essa reserva na Amazônia – interessante. Apenas 30% do nosso subsolo é usado para produção agrícola e pecuária. Nosso País alimenta 1 bilhão de pessoas no mundo, além dos próprios brasileiros. Meio ambiente, Operação Verde Brasil 1, em 2019: apreensão de 23 mil metros quadrados de madeira e de uma aeronave; 127 prisões e multas de mais de R\$ 142 milhões. Operação Brasil Verde: apreensão de 506 mil metros quadrados de madeira, quase mil veículos e tratores, 335 prisões de multas no valor de R\$ 3 bilhões. Esse é o governo Bolsonaro. Transposição do Rio São Francisco, prometida pela Lula, mas concluída pelo governo Bolsonaro: Iniciada em 2007, retomada em 2019, concluída em 2021, com 477 quilômetros de canais, Ver. Cassiá; contratação de obras acessórias, não previstas antes, com canais nos Estados de Alagoas, Paraíba, Rio Grande do Norte, Bahia, Sergipe e Ceará; quase R\$ 5 bilhões investidos do governo; 16 milhões de pessoas beneficiadas, 28% da população do nordeste. Infraestrutura, obras finalizadas: conclusão de obras que estavam paradas há muitos anos; transposição do Rio São Francisco, que estava há mais de 13 anos parada; em Minas Gerais, pavimentação de um trecho da BR-154, que liga o centro-oeste ao sudeste – 50 anos esperando; no Rio Grande do Sul, conclusão da Ponte do

Guaíba, após 10 anos do anúncio da obra; BR-163, conclusão do trecho que liga o Mato Grosso ao Pará, 50 anos de espera; conclusão da ponte do Abunã, Acre-Rondônia; projetos com iniciativa privada renderam mais de R\$ 286 bilhões em investimentos; mais de 40 obras concluídas, que estavam paradas nas gestões anteriores; mais de R\$ 179 bilhões investidos em rodovias; 76 requerimentos para construção e operação de ferrovias; R\$ 224 bilhões investidos em ferrovias; realização de 148 leilões até junho dia 2022 – 35 portos, 34 aeroportos, 7 rodovias, 6 ferrovias, 31 projetos de energia, óleo, gás, mineração, 9 de saneamento básico e mais de 26 em outras áreas; mais de 176 projetos de desestatização na carteira de projetos.

Agronegócio: quase 370 mil títulos de terras entregues – essa, sim, é a verdadeira reforma agrária, de verdade; exportações passaram de mais de R\$ 68 bilhões em 2018 para R\$ 82 bilhões em 2021; o Plano Safra 2022/2023 é 53% maior que o do 2018/2019. A média anual de valor programado no Plano Safra cresceu 21%, de 2019 até 2022; redução de cargos de gastos e superávit de contas, economia de R\$ 867 milhões por ano, com redução de 90 mil cargos, Ver. Ramiro; economia de R\$ 644 milhões em grandes patrocínios; só com clubes de futebol a despesa ultrapassa a R\$ 220 milhões reais; mais de R\$ 14 bilhões de saldo, superávit primário em junho de 2022. Desburocratização, 7º país em serviços públicos digitalizados, de acordo com dados do Banco Mundial; 75% do serviço do governo federal estão digitalizados – para abrir uma empresa hoje em dia é necessário apenas um dia e meio; modernização dos cartórios, emissão de certidões digitalizadas. Esses foram alguns dos itens que o governo Bolsonaro melhorou aos brasileiros. Em contrapartida, quero passar rapidamente aqui algumas decisões desfeitas pelo governo Lula – no próximo *slide*. Impostos de combustíveis: a ideia era retomar a cobrança a contar de 1º de janeiro, mas houve receio que a alta de preços nos postos pudesse trazer prejuízo para o governo Lula, seria uma derrota política para o Fernando Haddad. Então, estão aguardando uma Medida Provisória ou não. Regulação saneamento, o governo disse que vai discutir. Audiências canceladas. Moeda única do Mercosul com a Argentina, que está quebrada. Ministro Lupi quer rever a questão da previdência. Enfim, são vários mandos e desmandos do governo Lula, que podem trazer bilhões de reais para o nosso País. Para finalizar, queremos saber por que o governo Lula é contra a abertura da CPI, relativa ao dia 8 de janeiro? O que o governo Lula está escondendo? Será que tinha infiltrados naquele movimento? Por que o governo está distribuindo altos cargos e emendas, para que não pudesse se efetivar a CPI do dia 8 de janeiro? E não menos importante, vereadores, colegas, telespectadores pela TVCâmara, essa censura prévia que nunca aconteceu na história do nosso País, somente em Cuba, Venezuela, Nicarágua; enfim, países efetivamente comunistas. Será que nós queremos que nosso País venha, no futuro, ser uma Cuba, Venezuela, ou vamos nos espelhar no modelo econômico da Argentina? Fica a reflexão. Faltam apenas 3 anos e 10 meses para acabar o governo Lula. Até a vitória! Lula na cadeia!

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Alvoní Medina está com a palavra em Grande Expediente. (Ausente.)
(15h47min) Havendo quórum, passamos à

ORDEM DO DIA

VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 031/23 – (Proc. nº 0109/23 – Ver. Ramiro Rosário) – requer a constituição da Frente Parlamentar da Reforma Tributária. **(SEI 197.00038/2023-81)**

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o Requerimento nº 031/23. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. (Pausa.) **APROVADO.**

VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 020/23 – (Proc. nº 0066/23 – Ver. Giovanni Culau e Coletivo) – requer a constituição da Frente Parlamentar Juventude Viva, com o objetivo de reconhecer, discutir e enfrentar a vulnerabilidade social e a violência contra a juventude. **(SEI 234.00017/2023-08)**

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o Requerimento nº 020/23. (Pausa.) Os Srs. Vereadores que o aprovam permaneçam como se encontram. **APROVADO.**

VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 007/23 – (Proc. nº 0022/23 – Veras Comandante Nádia, Mônica Leal, Cláudia Araújo e Psicóloga Tanise Sabino e Vers. Alvoní Medina, Gilson Padeiro, Pablo Melo, Cassiá Carpes, Aírto Ferronato, Alexandre Bobadra e Idenir Cecchim) – requer seja encaminhada Moção de solidariedade em apoio “ao chamamento dos 44 (quarenta e quatro) candidatos remanescentes e aprovados no Concurso Público para Capitães da Brigada Militar (CSPM)”. **(SEI 025.00006/2023-67)**

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o Requerimento nº 007/23. (Pausa.) A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como coautora.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Obrigada, Presidente Hamilton Sossmeier. Parabéns pela visita, hoje, do Cônsul do Japão, isso demonstra o seu prestígio, demonstra a importância da Câmara de Vereadores, não apenas para o Rio Grande do Sul, mas também para outras federações e, principalmente, ao Cônsul do Japão.

Eu quero cumprimentar todos os colegas, a TVCâmara, o público que nos assiste e falar que essa Moção é uma moção de solidariedade que diz respeito sim à Porto Alegre. Sabemos da defasagem de efetivo da Brigada Militar, e isso não é de hoje. Há muito e muito tempo a população clama por mais segurança, clama pela falta de liberdade de andar pelas ruas de Porto Alegre, pede que cada vez mais tenhamos segurança e repressão à criminalidade. Mas isso só acontece com homens e mulheres fardados nas ruas, e sabemos que ao longo do tempo, infelizmente, quando tínhamos policiais militares se aposentando, ou até mesmo por conta do PDV, à época do governo Britto, muitos saíram. Eu digo sempre, a questão da reposição do efetivo da Brigada Militar deve ser uma política de estado. Sabemos que o governador Eduardo Leite, nos últimos anos, chamou concursos de soldado, de sargento, até mesmo de oficiais, de capitães, mas não podemos ficar sempre dependendo de governos, nós precisamos que esta seja uma política de estado e que seja locupletado cada quadro quando um policial militar é aposentado. Por isso aqui na capital dos gaúchos não é diferente nós queremos mais policiais militares nas ruas fazendo a defesa do cidadão, inclusive no bairro Bom Fim, na Cidade Baixa, como tem alguns vereadores que às vezes acham que o policiamento está demais. Nós precisamos de policiamento, sim, e policiamento, caro líder do governo, Ver. Idenir Cecchim, se faz com pessoas qualificadas, policiais militares, brigadianos na rua. Por isso o pedido de que os últimos 44 concursados, aprovados no concurso que demorou desde 2018, por várias intempestividades, sejam chamados. Esta é uma moção de solidariedade a esses que estão aprovados para que o governador do Estado, Eduardo Leite, e o secretário de Segurança, Sandro Caron, agora com o seu adjunto coronel Ikeda, façam esse chamamento, não para Comandante Nádia, não para os 36 vereadores, mas para cidade de Porto Alegre que precisa mais segurança. E, por óbvio, que esses sendo chamados estarão espalhados pelo Estado do Rio Grande do Sul porque é um concurso para Capitão, assim como nós precisamos de mais soldados, mais sargentos, este especificamente é para o capitão da Brigada Militar a quem eu peço aos colegas que votem favoravelmente, porque segurança nunca é demais. Porto Alegre tem pressa, Ver. Alexandre Bobadra, e a população de bem quer mais brigadianos nas ruas, a criminalidade treme, mas a gente não vai abrir mão de ter Brigada Militar na rua, forte, qualificada e trabalhando contra o crime. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Prof. Alex Fraga está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 007/23.

VEREADOR PROF. ALEX FRAGA (PSOL): Boa tarde, senhoras e senhores, eu vou ser muito breve na minha manifestação e agradeço a oportunidade de poder usar a tribuna em tempo do nosso Partido, o PSOL, agradeço então ao Ver. Pedro Ruas, ao Ver. Roberto Robaina e à Ver.^a Karen Santos, para manifestar o nosso apoio aos concursos públicos, ao chamamento de servidores que prestam serviço à população. Essa é uma das bandeiras de luta do nosso partido: concurso público, carreiras públicas, trabalhadores e trabalhadoras valorizados nos postos de trabalho, prestando serviço de qualidade à população. Não poderíamos nos abster de manifestar o nosso apoio porque acreditamos que, sim, todas as áreas da prestação de serviço precisam, sim, ser valorizadas, e nós acreditamos no serviço público, no trabalho prestado pelos servidores que, com responsabilidade, dedicam boa parte da sua vida a garantir que a nossa população tenha uma sobrevivência mais tranquila. Portanto, estamos aqui manifestando nosso apoio. Parabéns aos autores da iniciativa e que tenhamos uma aprovação unânime dessa proposta. Obrigado, Vereador Hamilton Sossmeier, nosso Presidente, e uma boa tarde a todos que nos acompanham.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 007/23, como coautora.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Boa tarde, Presidente, colegas, vereadores, vereadoras, pessoas que nos assistem através da TVCâmara, é muito importante essa ação que sai aqui da Câmara, apoiando os concursos públicos. E falo com muita tranquilidade porque, desde muito cedo, escutava o meu pai, o então deputado estadual, vereador Pedro Américo Leal, dizer que concurso público custa aos cofres públicos e eles precisam ser valorizados e chamados. Me incomoda muito quando existem concursos e não há o chamamento. Ora, vamos para o lado do Executivo, dos governos que investiram, que abriram essa possibilidade e vamos agora para as pessoas que dedicaram a sua vida, as suas expectativas, o seu tempo para os concursos. É fundamental, e foi aí, nesse momento, que eu entrei também para apoiar o chamamento de aprovados no concurso para capitães da Brigada. Eu fui procurada por um grupo de aprovados no ano de 2022. Eles me trouxeram um parecer técnico que fundamentava, de maneira legal, a possibilidade desse chamamento. Como na minha vida pessoal e política o meu norte é a lei, eu prontamente abracei essa causa. Após a leitura desse parecer, eu agendei uma reunião com o nosso Governador, na época, Ranolfo Vieira, que nos atendeu, recebeu esse parecer técnico e se colocou à disposição para discutir e verificar a matéria. É importante que moções como essa sejam protocoladas, a fim de demonstrar nosso apoio, como parlamentares, à matéria. Aqui todos sabem da minha relação com a segurança pública, todos conhecem, de longa data,

o meu envolvimento e respeito com essa área. Sendo assim, como minha participação, levei ao governador e pontuei o que aqui vou mencionar: o Estado tem poder discricionário de convocar candidatos que excedam o número de vagas em conformidade com a necessidade do serviço. Sendo assim, a decisão pela não prorrogação de um processo seletivo não pode ser arbitrária. É fato. Há viabilidade do chamamento de candidatos aprovados que excedam o número de vagas previstas no edital do processo seletivo, regulado pelo Edital nº 019, de 2021, da Brigada Militar, no Estado do Rio Grande do Sul. No caso de abertura de um novo processo seletivo, deverão ser, prioritariamente, convocados os aprovados no certame anterior, enquanto perdurar o seu prazo de validade. Contem comigo, com o meu apoio para fortalecer essa classe, que tem como principal objetivo cuidar da vida da população gaúcha. Obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Tiago Albrecht solicita que, em função do calor, os vereadores possam tirar os paletós. Fiquem à vontade.

Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Tiago Albrecht, o Requerimento nº 007/23. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 26 votos **SIM**. Parabéns!

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Apregoo requerimentos, de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, solicitando a retirada de tramitação do PLL nº 083/21 e do PLL nº 423/21.

Apregoo requerimento, de autoria do Ver. Jonas Reis, solicitando a retirada de tramitação do PLL nº 329/21.

VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 009/23 – (Proc. nº 0036/23 – Veras Comandante Nádia, Mônica Leal e Fernanda Barth e Vers. Alexandre Bobadra, Pablo Melo, Ramiro Rosário e Jessé Sangalli) – requer seja encaminhada Moção de solidariedade “à Câmara dos Deputados por ocasião da apresentação, pelo Deputado Federal Ubiratan Antunes Sanderson, de denúncia para instauração de processo de impeachment contra o Senhor Luiz Inácio Lula da Silva, Presidente da República Federativa do Brasil. **(SEI 025.00016/2023-01)**

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o Requerimento nº 009/23. (Pausa.) A Ver.^a Comandante Nádia está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como coautora.

VEREADORA COMANDANTE NÁDIA (PP): Presidente, colegas vereadores, já ouvi aqui algum vereador no plenário dizer: “Mas que absurdo!” É

verdade, é um absurdo. Um absurdo um presidente da república dizer, em alto e bom tom, fora do País, em uma viagem oficial, também nas páginas oficiais da Presidência da República, exatamente isto: “Vocês sabem que, depois de um momento auspicioso do Brasil, quando governamos de 2013 a 2016, houve um golpe de Estado: se derrubou a companheira Dilma Rousseff com o *impeachment*, a primeira mulher eleita Presidenta da República do Brasil” - essa é a fala do então Presidente Luiz Inácio Lula da Silva num encontro internacional. Ora, em seu discurso e também no próprio *site* oficial da Presidência da República anuncia o referido *impeachment* como um golpe de Estado. Vejam bem, um golpe de Estado consiste em derrubar à força ou ilegalmente um governo que foi constitucionalmente legítimo e eleito, o que claramente não ocorreu no caso da ex-Presidente Dilma. E isso ninguém pode negar! Podem até não ter gostado, mas jamais foi um golpe, foi um *impeachment*. Inicialmente, impede esclarecer que golpe de Estado consiste em derrubar à força, como eu disse, ou ilegalmente alguém que está no cargo. Cumpre aqui lembrarmos que a ex-Presidente Dilma Rousseff teve seu mandato legalmente cassado em 2016 após cumpridos todos os requisitos legais, todos os requisitos constitucionais, tendo o processo tramitado e sido julgado regularmente pelo Congresso Nacional, sob a supervisão e com o aval - pois é, pasmem! - do Supremo Tribunal Federal, o STF. Esse mesmo STF que tem alguns ministros que hoje querem cassar a liberdade de expressão das pessoas, querem cassar pessoas que colocam em suas redes sociais manifestações! Ora, são dois pesos e duas medidas para a justiça? O referido discurso do presidente Lula é falacioso, ataca sobremaneira a democracia brasileira, o Poder Legislativo, o Poder Judiciário, incorre nos crimes de responsabilidade prescritos na Constituição Federal, no art. 85, nos seus incisos, bem como na Lei nº 1.079, nos seus artigos 6º e 9º. E o que enseja? A instauração do competente processo de *impeachment*, muito bem proposto pelo deputado federal Sanderson, e é por ele que eu peço que essa moção de solidariedade chegue ao Poder Judiciário, ao Poder Legislativo, ao STF e também à Presidência da República. Porque nós não podemos, somos parlamentares, e a legalidade está acima de qualquer ideologia barata, que é o caso dessas ideologias de gênero da oposição, da esquerda, que para um lado vale e para o outro não. É para todos! Constituição, vereador, vá estudar, vá estudar legalidade para o senhor saber que isso não é cabível a um presidente da república, e que o *impeachment* seja aberto. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Roberto Robaina está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 009/23.

VEREADOR ROBERTO ROBAINA (PSOL): Vereadores, vereadoras, nós temos dito que um dos desafios, que está posto para política em Porto Alegre, é desbolsonarizar a cidade de Porto Alegre. A fala da vereadora que antecedeu prova a necessidade dessa tarefa. E a vereadora que me antecedeu quer que a roda da história gire para trás, ela quer que o projeto expresso pelo Bolsonaro continue em vigor; caiu do cavalo evidentemente. Nós sabemos que a derrota eleitoral do Bolsonaro foi muito

pesada para os bolsonaristas, até porque boa parte dos bolsonaristas acreditava nas *fake news* que Bolsonaro espalhava por aí e, entre essas *fake news*, estavam as pesquisas que Bolsonaro ganharia a eleição. Como ele não ganhou, ficou um vazio, um vácuo. A vereadora que me antecedeu foi uma das que sofreu uma derrota importante, e ela está tentando ser a expressão dessa ala de extrema-direita na sociedade brasileira. A ala de extrema-direita que promoveu aquela baderna em Brasília, que teve a aparência de baderna, mas foi muito mais do que uma baderna, foi a destruição de patrimônio histórico; foi muito mais do que uma destruição de obras de artes, de uma série de riquezas que nós temos nos palácios, tanto no Palácio do Governo Federal, quanto na Justiça. Aquilo foi uma tentativa de golpe de estado, em que a baderna promovida teria como resultado, segundo a lógica dos criminosos que promoveram aquela ação do dia 08 de janeiro, provocar um caos no País, apostando na hipótese de caminhoneiros aderirem, de setores das polícias militares aderirem, de o Exército ter que atuar para impor a ordem, e eles, a partir daquela ação, impedir o início. Esse foi o sentido do dia 08, reproduzindo o que ocorreu nos Estados Unidos, a ação da extrema-direita comandada por Trump, a invasão do Capitólio norte-americano. E aqui tentaram fazer a mesma coisa e foram derrotados mais uma vez porque a sociedade repudiou a ação criminosa do dia 08. Apesar disso, a Ver.^a Nádia, felizmente tem comandado cada vez menos, felizmente, isso é muito importante, mas ela quer capitalizar um setor da extrema-direita, esse setor irracional, que não presta muita atenção nos argumentos, porque se começarem a prestar atenção nos argumentos, vão ver que a Ver.^a Nádia o que não tem é argumento. A Ver.^a Nádia está fazendo aqui, com essa proposta, uma moção de apoio a um deputado que entrou com um pedido de *impeachment* ao Presidente Lula, agora. Ou seja, está tentando manter viva a ideia de impedir o presidente Lula de governar. Não conseguiram no dia 8, eles tratam agora de seguir com essa pauta, a pauta que trata de inviabilizar o governo que recém está começando – recém está começando! Não completou dois meses de governo, e a Ver.^a Nádia está aqui fazendo proselitismo a favor de um deputado, que é um deputado que evidentemente é parte da sustentação política daqueles que defenderam a baderna do dia 8. Eu espero, sinceramente, eu vou seguir cobrando, que neste País não tenha anistia para criminosos. Em primeiro lugar, para o ex-Presidente Bolsonaro, que é um criminoso – um criminoso! –, um genocida, responsável pela morte de 300 mil brasileiros, mortes que poderiam ter sido evitadas na pandemia, e os seus seguidores que promoveram a baderna em Brasília. Eu espero que não tenha nenhuma anistia, que todos os setores que estiveram ligados àquela tentativa de golpe sejam investigados, sejam punidos e que sejam presos! É isso que o Brasil necessita: a prisão para aqueles da extrema-direita que não aceitam a legalidade, que não aceitam o resultado da eleição e que tratam de promover a baderna e o crime o tempo inteiro. E a proposta da Ver.^a Nádia é a expressão de que a Câmara Municipal tem vereadores que seguem sustentando essa política, uma política não só irresponsável, uma política criminosa. Esse é um sentido da ação proposta pela vereadora, que, felizmente, comanda cada vez menos. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Moisés Maluco do Bem assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): O Ver. Airto Ferronato está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 009/23.

VEREADOR AIRTO FERRONATO (PSB): Pura verdade, não é bem assim. Nós estamos agora discutindo uma proposta de moção de solidariedade ao Dep. Sanderson, que pede o *impeachment* do Presidente da República, nos seus 2,5 meses de mandato.

A nossa querida Ver.^a Nádia vem com um argumento, porque eu ia perguntar qual é o crime. A Ver.^a Nádia vem com o argumento assustador, o que se cometeu, com todo o respeito, Vereadora, V. Exa. diz que o Presidente Lula teria dito que foi um golpe de Estado o *impeachment* da Dilma. Todos nós sabemos que foi um *impeachment* político. Não teve crime nenhum, mas se reuniu lá uma maioria e se aprovou o *impeachment*.

Nós, aqui na Câmara de Vereadores de Porto Alegre, com todo respeito, apoiar uma moção... Nós, vereadores de Porto Alegre, apoiarmos uma ideia de *impeachment* do Presidente da República, isso é perigoso, muito perigoso. Eu não me preparei para vir fazer esse meu discurso, mas, mesmo muito brevemente, vamos aceitar o resultado e, daqui a quatro anos, teremos outras eleições. Eu não vejo como algo bom para Câmara aprovar esse tipo de moção, portanto, apelo aos titulares do projeto que o retirem de discussão, porque ele, primeiro, não leva a nada, e, segundo, nos mete numa seara muito difícil de estarmos acompanhando isso. Portanto, vamos votar “não” a este projeto. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): O Ver. Jessé Sangalli está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 009/23, como coautor.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (Cidadania): Boa tarde a todos. Estamos aqui, “Fora Lula” no meu adesivinho. Eu queria lembrar aos colegas vereadores que para ter um processo de *impeachment* basta um crime de responsabilidade, tendo um crime de responsabilidade, é legítimo para um parlamentar, que é o fiscal do Poder Executivo, propor um processo de cassação para o chefe do Poder Executivo, no caso, o presidente Lula, que, num discurso na Argentina, atentou contra as instituições nacionais dizendo que o STF, a Câmara e o Senado agiram para um golpe de Estado no Brasil com o *impeachment* da Presidente Dilma Rousseff. Como o processo de cassação da presidente foi político e jurídico, e existiram elementos tanto jurídicos quanto políticos para a cassação dela, todo um processo aconteceu: ela ficou afastada durante um período, teve prazo para apresentar a sua defesa, o Temer entrou – que era o vice-presidente dela, eleito, na chapa, porque ela era a cabeça da chapa –, e,

nesse meio tempo, enquanto ela ficou afastada, depois de todo processo, foi à votação na Câmara e no Senado, presidido pelo presidente do STF, na época o Lewandowski, e ela foi legitimamente caçada pelo crime de responsabilidade. Se Câmara Federal, Senado Federal e STF, seguindo o ordenamento jurídico do Brasil, ao caçar a presidente, é golpe, então a democracia brasileira, na cabeça de vocês, é golpista. Era exatamente o que vocês queriam fazer com o presidente Bolsonaro. Por que não fizeram? Porque não tinha um dos elementos que são necessários para cassação de presidente eleito: crime, animosidade e condições jurídicas para fazer a cassação. O Bolsonaro, por mais que vocês tenham tentado, não foi cassado, embora tenha o presidente da Câmara feito tudo que podia para impedir e boicotar o governo, o presidente do Senado feito tudo que fez para impedir e boicotar o governo, e como sabemos também, tivemos dentro do Judiciário pessoas que trabalharam contra o governo Bolsonaro, e mesmo assim vocês não conseguiram cassar. Vocês, sim, tentaram dar um golpe, tanto que não conseguiram, que acabaram vindo para o processo eleitoral, e hoje, certo ou errado, estão no governo. E vocês, agora, estão nos julgando por fazer contra vocês o que vocês fizeram durante quatro anos contra nós. Então, quer dizer que vocês, num outro momento, eram golpistas. É isso que vocês estão dizendo? Duvido. O que eu quero dizer para vocês é o seguinte: existe um ordenamento jurídico no Brasil; se, por acaso, a cassação do Presidente é um crime, vocês têm que processar o deputado federal que propôs a cassação; qual é o crime de responsabilidade que este deputado federal está cometendo ao protocolar o processo de *impeachment*? Nenhum, porque é prerrogativa dele fazer esse processo, e é prerrogativa da Câmara e do Senado averiguar se existiu ou não crime de responsabilidade pelo Presidente Lula na visita que ele fez à Argentina, que, inclusive, em algumas ocasiões, que a economia da Argentina era exemplo para o resto do mundo. Se vocês querem, como exemplo para o nosso País, a magnífica economia argentina, a magnífica economia venezuelana e a magnífica economia cubana, a gente, com certeza, vai acabar indo muito mal nos próximos quatro anos; então, não tem nenhum crime de responsabilidade por parte do deputado federal que propôs o processo. Agora nós, como parlamentares do Parlamento de Porto Alegre, estamos fazendo uma moção de solidariedade ao processo de *impeachment*. E, se vocês falam que este Parlamento tem legitimidade, o que for decidido aqui na votação é o que pensa a cidade de Porto Alegre. Então, sim; a Câmara é representante da população porto-alegrense. Então, se vocês acham que o Lula não cometeu crime de responsabilidade durante sua fala, condenando o STF, a Câmara e o Senado, por serem golpistas, então vocês vão obviamente acabar reprovando essa moção aqui na Câmara hoje. Se, por outro lado, for aprovado, significa que, de fato, estamos certos, e vocês estão errados. Fica aqui a nossa colocação; vamos ver como é que o Parlamento de Porto Alegre se comporta nesta tarde com relação a esse tema.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): O Ver. Tiago Albrecht está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 009/23.

VEREADOR TIAGO ALBRECHT (NOVO): Sr. Presidente, Ver. Moisés, colega inclusive agora de uma outra bancada, é uma alegria vê-lo nos trabalhos, Sras. Vereadoras, Srs. Vereadores, eu fico muito preocupado com os meus porto-alegrensezinhas que nasceram nessa cidade. Fico preocupado, pois qual é o exemplo que vem de cima para essas crianças que estão vindo ao mundo, começando a sua carreira na escola? A gente, como pai, tenta passar bons princípios, bons valores, a gente ensina o que é certo e o que é errado. Pois o chefe da maior quadrilha de corrupção da história do Brasil – e isso quem comprovou foi a Lava Jato -, primeiro governou com suborno no Parlamento, no seu primeiro mandato - e o mensalão desvelou isso -, no segundo mandato governou com suborno junto a um cartel de empreiteiras, foi devidamente processado, foi devidamente julgado, condenado, aliás, o TRF aumentou a pena, mas graças aos amigos da Suprema Corte, fruto de um roubo de mensagens que até hoje não foram comprovados, foi descondenado. Nada mais irônico do que Lula ser descondenado por fruto de um roubo, um dos maiores ladrões da história do Brasil. Tivemos um processo eleitoral bastante polarizado, certamente desigual, especialmente por causa do TSE, que culminou na vitória de Lula. Não bastasse isso, o estelionato eleitoral já se confirma, por exemplo, com essa história de que o amor voltou. Nós temos tido 60 dias de puro ódio, Ver. Cecchim, de pura perseguição, onde o núcleo do Governo foi dado para o branco, hétero, ex-governador, depois os outros cargos, aqueles penduricalhos, e principalmente é um estelionato eleitoral pelo que é o objeto dessa moção de apoio: com um presidente eleito representante do nosso Brasil indo no exterior lavar roupa suja, indo ao exterior para mentir. Claro que o Lula mente que nem sente, claro que o Lula e mentira são redundantes, mas ele deveria ter respeito ao cargo que ocupa, ele deveria ter decoro pela faixa presidencial que ostenta, Sr. Presidente, e não ficar mentindo no exterior, não ficar atacando o estado democrático de direito, atacando a Câmara dos Deputados que abriu o processo, é o processo de entrada; o Senado Federal julgou com a chancela da suprema corte. Aliás, se alguém não cumpriu a Constituição foi Lewandowski, quando manteve os direitos políticos da pior presidente da história do Brasil, Dilma Rousseff. E essa herança o PT nos legou, Lula nos legou, a pior presidente da história. Dilma foi pior para o nosso PIB, Sr. Presidente, do que o coronavírus, menos 7% de PIB em dois anos, contra menos 4% da covid-19. Por isso todo o meu apoio a esta Moção, porque, sim, um presidente ir para fora e atacar as instituições republicanas é um crime de responsabilidade. E se este País tivesse vergonha na cara, ele seria impedido, ele seria impedido de continuar num cargo tão importante, porque, Sr. Presidente, eu me preocupo muito com os meus filhos, a gente ensina a não roubar, não mentir, a serem crianças descentes, crianças honestas, Ver.^a Mônica. E elas olham para o Planalto e veem um presidente que mente, que ataca, que comete estelionato eleitoral, que neste momento se fala em Brasília que vai aumentar os impostos. Eu realmente fico preocupado com o Brasil que nós estamos legando para as nossas crianças. Sei que muitos de vocês aqui são pais de crianças pequenas, avôs, avós, e por isso é obrigação moral desta Casa votar a favor desta moção de apoio ao Deputado Sanderson, que pede o *impeachment* do maior bandido da história do Brasil. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): O Ver. Aldacir Oliboni está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 009/23.

VEREADOR ALDACIR OLIBONI (PT): Nobre Presidente, Ver. Moisés Maluco do Bem; colegas vereadores e vereadoras, público que acompanha a nossa sessão desta tarde. Lamentavelmente tem alguns vereadores ou vereadoras que não têm o que fazer e apresenta uma moção desta natureza. Isso é trabalho para desocupados, não existe terceiro turno no Brasil, não existe, Ver. Idenir Cecchim, terceiro turno, vão esperar quatro anos para apresentar a candidatura de novo, quem sabe lá de alguém que defenda o golpe militar, o fascismo, o racismo, a misoginia. Lamentavelmente não há como aceitar algo sem o mínimo de consideração de uma moção para querer apoiar um deputado gaúcho que, sem noção, vai lá querer apresentar uma moção de *impeachment* ao nosso grande estadista, Presidente da República Luiz Inácio Lula da Silva. Olhem só, quem escolheu o novo presidente foi o povo brasileiro e foi o povo brasileiro que está dando legitimidade ao Lula ser presidente e falar porque ele tem autonomia ou porque nós estamos num País que é democrático e, portanto, pode falar aqui ou acolá ou num outro país o que ele pensa sobre o que aconteceu ou foi estigado. E aí a Ver.^a Nádia, uma das proponentes, quer dizer para o Lula que ele não pode falar o que ele está falando porque, senão, poderá sofrer um processo de *impeachment*. Nádia, não existe terceiro turno, nobre colega vereadora. Nós temos aqui vereadores, inclusive um deles falou aqui na tribuna, que disse que se o Lula ganhasse, ele ia sair do País, tem muita gente que já devia ter saído, mas não saiu, não saiu do País. Ora, nós entendemos que na política tudo é possível, mas uma proposição dessa natureza fica deslocado imaginar que o Bolsonaro sofreu mais de 300 pedidos de *impeachment* e agora eles querem, no início da gestão do Lula, fazer um pedido de *impeachment* porque ele se manifestou a favor de uma companheira de luta e garra e de respeito porque para a Dilma foi, sim, orquestrado um golpe, porque, quando alegaram as pedaladas, foi uma mentira, tanto é que ela foi inocentada, tanto é que ela foi inocentada! Então, não vamos aqui largar *fake news* porque nós, inclusive, condenamos *fake news*, mas se os senhores, as senhoras, vereadores e vereadoras, querem continuar alimentando os vossos apoiadores, continuem. Uma turma deles ou parte deles foram retirados da frente dos quartéis porque foi descoberto inclusive que alguns deles estavam sendo financiados por muitos amigos de vocês. E eles têm endereço, eles têm nome e endereço. Mas podem ser acionados pelo Supremo Tribunal Federal para prestar conta da onde saiu esse recurso para o financiamento desses acampamentos na frente dos quartéis. Cá para nós, esta moção é deslocada, irresponsável, descabida e não contribui com o processo democrático. Essa é a verdade.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MOISÉS MALUCO DO BEM (PSDB): O Ver. Alexandre Bobadra está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 009/23.

VEREADOR ALEXANDRE BOBADRA (PL): Colegas vereadores, espectadores da TVCâmara, Presidente, todas as pessoas que nos assistem em casa, estamos debatendo aqui uma moção de apoio ao pedido de *impeachment* do Presidente Lula. O autor é o deputado Sanderson, policial federal, meu amigo. Quero dizer a vocês que a esquerda entra muito em contradição, é muita demagogia, e a bancada de esquerda, os dez que aqui estão, serão responsabilizados nas urnas pelos feitos do Presidente Lula. Vocês aqui que defendem o Presidente Lula, o Robaina, o Ruas, o Oliboni, Comassetto, Giovani, enfim, serão responsabilizados nas urnas pelos crimes, pelas denúncias. Ora o STF funciona e é sério; ora não funciona. Houve o *impeachment* da ex-Presidente Dilma Rousseff não pelo passado de terrorismo, assassinato e assalto a banco; não, não por isso, mas, sim, pelas pedaladas fiscais, pela sua irresponsabilidade, pelo seu ódio, pelo seu cinismo, por menosprezar os órgãos de controle. A nossa Constituição da República Federativa do Brasil – promulgada em 1988, entrou em vigor em 1989 – já sofreu mais de 110 emendas constitucionais, é o nosso modelo de estado ideal, o nosso norte hermenêutico, a nossa Constituição é séria. E um terço dos deputados federais assinaram, protocolaram o pedido de *impeachment* pelo crime de responsabilidade. Através de um julgamento técnico, com ampla defesa e contraditório, presidido pelo Supremo Tribunal Federal, no Senado, a ex-presidente Dilma sofreu *impeachment*. Naquele momento, houve uma anomalia jurídica, uma *novatio in mellius*, ou seja, ela perdeu o mandato, mas não perdeu os direitos políticos. Saiu muito barato, Ver. Robaina, aquele acordão que a esquerda ultraradical fez com o senador Renan Calheiros e a sua turma. Então, não me venham com esta que ora vale e ora não vale. O ex-presidiário Lula, o Presidente Lula, ora presidiário, ora presidente, cometeu um outro crime de responsabilidade ao expor a nossa Nação, o nosso País no exterior, mentindo que o *impeachment* foi golpe, quando ele foi legitimado pelo Supremo Tribunal Federal. O primeiro *impeachment* protocolado contra o Presidente Lula é do deputado Sanderson, é sério, vai ser tocado adiante. Eu peço aos colegas vereadores que, por unanimidade, possamos aprovar esta moção de apoio ao *impeachment* do Presidente Lula. Só rindo da situação: a esquerda acha que ora o STF funciona, ora não. Então, não há outra alternativa a não ser votar favorável a esta moção de apoio tão importante para o nosso País.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE MOISES MALUCO DO BEM (PSDB): O Ver. Ramiro Rosário está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 009/23, como coautor.

VEREADOR RAMIRO ROSÁRIO (PSDB): Povo de Porto Alegre, Ver. Moisés, na presidência dos trabalhos; meus caros colegas, primeiro fazer uma

ponderação muito importante, porque, no plenário, e é comum aqui na Casa, volta e meia, os microfones aqui e as câmeras não captam, os colegas fazerem brincadeiras entre si, provocações saudáveis, muitas vezes. Agora, o que aconteceu há pouco, aqui, entre o meu colega Tiago Albrecht e o Ver. Comassetto, eu não vejo como uma brincadeira saudável. O Ver. Comassetto, quando nosso vereador TJ Albrecht desce, diz: "Olha, é feio pastor mentir". Primeiro, que o Tiago é pastor licenciado, e nesta tribuna aqui ele não está cumprindo o papel de reverendo; ele está aqui como representante do povo, como vereador da cidade de Porto Alegre. Imaginem vocês se um vereador de alguma outra denominação religiosa, um vereador de uma religião africanista, um vereador pai de santo descesse aqui e algum evangélico dissesse: "Olha, pai de santo não pode mentir, hein?" Eu vejo que nós não podemos ter dois pesos e duas medidas quando o assunto diz respeito à liberdade religiosa e ao respeito a todas as denominações religiosas. Portanto, quero deixar este registro, o repúdio ao Ver. Comassetto, pela sua fala extremamente infeliz.

Com relação ao que nós estávamos falando aqui, que está se discutindo sobre a fala de Luiz Inácio Lula da Silva. A esquerda, ao longo dos últimos anos, subiu em diversos parlamentos e aqui, inclusive, se revezavam nesta tribuna a cada posicionamento do ex-governo federal, do ex-Presidente da República, dizendo que deveria o presidente ser impeachmado, ou deveria ser o presidente condenado quando envergonhasse o País ou quando colocasse as instituições brasileiras em cheque perante o mundo. Foi assim com Ernesto Teixeira, lá no Itamaraty, diziam, a cada fala do Ernesto Teixeira: "Este homem está queimando o filme do Brasil no exterior". Também houve críticas à China e a membros do governo chinês, e a esquerda dizia: "Este governo está queimando a imagem do Brasil no exterior". Foi assim quando nós tivemos os casos de desmatamento na Amazônia, de incêndios – inclusive, agora, em fevereiro, bateu o recorde de desmatamento na Amazônia –, diziam: "Este governo está queimando o filme do Brasil no exterior". Foi a mesma coisa com aquela fala infeliz do ex-presidente sobre a primeira-dama francesa. Olha, o presidente está queimando o filme do Brasil no exterior, quando também havia críticas ao Supremo, críticas ao processo eleitoral, críticas às urnas, também a esquerda subia aqui e, de forma veemente, dizia que era inadmissível, que o Presidente deveria ser impeachmado, que não poderia prosperar qualquer fala dessas, porque ele estava colocando em xeque a reputação do Brasil no exterior. Ora, o que fez Lula na Argentina e no Uruguai há poucas semanas, se não foi colocar em xeque a reputação do Estado brasileiro e suas instituições no exterior? Lula, ao dizer que nós tivemos um golpe de Estado; Lula, ao desconsiderar um processo legítimo de um Parlamento como este aqui, coloca também em xeque as instituições brasileiras e a imagem do Brasil no exterior. E há, como foi dito aqui, materialidade, Ver.^a Comandante Nádia, está lá, está gravado e escrito. E o Ver. Oliboni sobe aqui e diz: "Não, ele pode falar o que ele pensa! Ele é o chefe de Estado e chefe de governo". No momento em que ele estava falando, ele estava com outro chefe de Estado ao seu lado, no Uruguai, numa manifestação para o mundo, falando que houve um golpe de Estado no Brasil. Ele não pode, naquele momento, falar o que ele pensa, Ver. Oliboni, ali ele não está como o teu líder partidário, líder do PT, o

senhor que é há tantos anos do partido dito dos trabalhadores, ali ele estava como chefe de Estado e chefe de governo. Há clara materialidade de responsabilidade do ato do Presidente da República sobre a sua fala. Eu até sabia que o Lula era ladrão, até sabia que o Lula era um mentiroso, mas está me parecendo que o Lula, além de tudo, também está senil.

(Não revisado pelo orador.)

(O Ver. Hamilton Sossmeier reassume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Quero registrar a presença de integrantes da comissão organizadora da Feira Internacional de Pedras Preciosas, Exposol, de Soledade, que estão visitando a Câmara, sejam muito bem-vindos, que vocês possam realizar esta grande feira tão conhecida do nosso Estado.

A Ver.^a Mônica Leal está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 009/23, como coautora.

VEREADORA MÔNICA LEAL (PP): Ver. Robaina, Ver. Oliboni, os senhores estão se saindo melhor que a encomenda. Falaram tanto do presidente Bolsonaro, que ele falava demais, que os filhos falavam. O maior cabo eleitoral do Lula foi a Globo. Eu, como jornalista, digo isso aqui e assino embaixo. Passaram 24 horas do dia perseguindo o homem.

Agora, sobem aqui na tribuna para defender a falta de postura do Presidente Lula! Aí é demais! Não tem cabimento. Pesquisei no Google qual é a postura institucional de um Presidente da República. Não cabe. Aliás, eu acho, não, eu tenho certeza de que o Presidente Lula está ali só para atacar, ele continua em campanha! Ele que vá governar o Brasil, ele que vá tratar da economia, da saúde, da educação! Já chega! Eu quero só ler aqui o que é golpe de estado: “golpe de estado consiste em derrubar à força ou ilegalmente um governo constitucionalmente legítimo”, o que, declaradamente, não ocorreu no caso. Cumpre lembrar que a ex-presidente Dilma Rousseff, aquela que economizava vento, vocês todos conhecem, teve seu mandato legalmente cassado em 2016, após cumpridos todos os requisitos legais e constitucionais, tendo o processo tramitado e sido julgado regularmente pelo Congresso Nacional sob supervisão e aval do Supremo Tribunal Federal. Então, o discurso do Presidente da República é mentiroso, ele ataca a democracia brasileira como um todo, o Poder Legislativo, o Poder Judiciário, incorrendo nos crimes de responsabilidade previstos na Constituição Federal, em seu art. 85 e incisos, bem como na [Lei nº 1.079/1950](#), em seus artigos 6º e 9º. Ora, eu poderia aqui discorrer – não sou advogada, mas pesquisei, leio – várias razões, não cabe. Agora o que me impressiona muito na minha caminhada política são os dois pesos e duas medidas; para o Presidente Bolsonaro havia uma declarada fiscalização, controle, críticas; o Presidente Lula pode falar o que quiser, não pode não. Eu não posso falar o que eu quiser; eu sou vereadora, eu prestei um juramento, eu tenho que obedecer ao rito do meu cargo, funciona assim. Quem não gostar disso não vem para a vida pública, agora o que o deputado federal fez

está mais do que correto para dar um basta, para dar uma trava nisso. O deputado federal Ubiratan Antunes Sanderson protocolou, no dia 25 de janeiro de 2023, denúncia, a qual será recebida pelo presidente da Câmara dos Deputados, processada nos termos da lei, para instalação do devido processo e, por fim, que esse seja aprovado para cassação do mandato presidencial e demais penalidades cabíveis por ser uma medida da justiça, está dentro da constituição, eu não vejo qual é a surpresa! Se nós, legisladores, que fazemos leis, não dermos o exemplo, a casa da mãe joana está aberta, abre precedente para tudo que é lado. Então, eu que conheço, de longa data, os meus colegas vereadores – Ver. Oliboni, Ver. Roberto Robaina – e eu sei que os senhores têm a tarefa de defender o Presidente Lula, mas essa defesa não tem fundamento, queridos. Muito obrigada.

(Não revisado pela oradora.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Idenir Cecchim para encaminhar a votação do Requerimento nº 009/23, pelo governo.

VEREADOR IDENIR CECCHIM (MDB): Presidente Hamilton Sossmeier, Sras. Vereadoras e Srs. Vereadores, mais uma tarde, 16h45min, e nós estamos aqui discutindo uma moção. Uma moção importante, tão importante quanto essas que nós votamos da oposição. Só que, Ver. Oliboni, eu queria, primeiro, lembrá-lo que esta história de terceiro turno quem inventou foi o seu partido. Lembram quando vocês fizeram um governo paralelo contra o Fernando Henrique Cardoso? Lembram? Governo paralelo, mas não durou, porque ninguém acreditou, ninguém acreditava naquele governo paralelo. Então, esse negócio de terceiro turno, a invenção veio de lá.

E outra coisa, eu acho que quem cassou a Dilma legitimamente, claro, foi aquele *impeachment*, que até o Lewandowski deu uma colher de chá para ela, mas eu achei o povo mineiro daria uma recuperada na Dilma. E o que que aconteceu com o povo mineiro e a Dilma? Minas Gerais cassou Dilma também na votação. Ela ficou em quarto lugar para senadora – quarto! Então, nós temos que ter muito cuidado aqui, eu olho para o Ver. Robaina, meu querido amigo, líder da oposição, e o vejo fazendo uma força para defender o PT. Robaina, o PSOL foi expulso do PT! Mas expulso mesmo, foi mandado embora! Foi mandado embora do PT! O PSOL está tentando ser puxadinho de novo, mas é difícil – é difícil! –, porque o governo Janja /Lula não admite qualquer coisa. Então, nós temos que ter muito cuidado, inclusive eu, inclusive eu tenho cuidado quando eu falo aqui, porque não deve ser fácil virar vidraça. E agora a oposição é vidraça, por quê? Porque é lógico que o Lula tem o direito de falar o que ele pensa quando ele está sóbrio, isso ninguém tira dele – ninguém tira dele. Pode ser líder do governo porque este governo não votou no Lula, nós enfrentamos.

Então, para completar essa história toda, o deputado Sanderson é um deputado muito sério, eu não o vejo com nenhuma mácula. O deputado Sanderson é um policial também, mas policial de carreira, não é igual ao Flávio Dino que se bota de policial para prender todo mundo. Este governo que fez uma aliança com o Sarney, lá

no Maranhão, se aliou com o Sarney, no Maranhão, para ficar mandando. Dividiram o Maranhão: metade para o Sarney, metade para o Flávio Dino.

É difícil fazer um embate desses com todos esses defeitos. Quase dois meses de governo e nós não temos e nem se sabe, até a última hora, se ele vai aumentar ou não impostos, porque a vontade é aumentar. Só não aumenta de medo da pressão. A gasolina levanta a inflação. Eu quero ver o que o Lula vai dizer. Se aumentar gasolina, o Banco Central baixar os juros e a inflação pegar e os preços aumentarem. Aí nós vamos ver o que o Lula vai fazer. E aí, sim, eu digo que, se é pelo *impeachment* que o Sanderson está pedindo, provavelmente, nós teremos o Alckmin, que muita gente daqui votou, inclusive eu votei no Alckmin; não votei no Lula nunca, votei no Alckmin acho que umas duas vezes. E o *impeachment*, tem uma meia dúzia de ministros do governo Janja/Lula que votaram pelo *impeachment* da Dilma. Aí quem tem que explicar não somos nós, são esses ministros que votaram pela cassação da Dilma e estão ministros do governo Janja/Lula. Obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 009/23, pela oposição.

VEREADOR JONAS REIS (PT): O povo de Porto Alegre que acompanha esta sessão, com certeza, está indignado, porque viu aqui diversos vereadores subirem a esta tribuna cheios de razão, mas eles se esquecem que Porto Alegre

deu a vitória ao Lula. Ver.^a Mônica, Ver.^a Nádia, Ver. Cecchim, Ver. Bobadra, Ver. Jessé, o Lula ganhou em Porto Alegre, meus queridos. Porto Alegre deu a vitória ao Lula, aí vocês vêm aqui “eu quero *impeachment*”! Quero ver vocês irem aos bairros populares de Porto Alegre e falarem em *impeachment*. Tenham coragem de ir lá, com este panfletinho de vocês aí, moção de apoio ao *impeachment*. Estão banalizando o *impeachment*, não banalizem o instrumento. Mas não é só isso, vejam bem: subiu aqui um vereador do partido NOVO, só que ele esqueceu de combinar com o Amoêdo, que apoiou o Lula no segundo turno. Subiu aqui o Jessé Sangalli, que o presidente do partido dele apoiou o Lula no segundo turno, esteve junto nos palanques. Ele esqueceu de combinar com os correligionários, ele acha que todo partido é fisiológico, é do momento, uma hora está com o Leite, outra hora está com o Melo, depois pode estar com o Lula, aí abandona. Faça um partido seu então, que é o partido de ocasião. Daqui a pouco vai ter que fundar o partido de um vereador só, porque aí eles podem vir aqui e falar o que quiserem, porque não estão coligados com ninguém, não estão participando de governo. Parece que o Jessé Sangalli e o seu partido não têm vários cargos no governo Lula – parece! Ele vem aqui e tal. Eu até gosto do Jessé Sangalli, ele anda com as rodinhas na cidade, acho bacana aquilo ali, incentiva uma mobilidade diferenciada, agora, subir à tribuna e querer dar esse tipo de moral? Para isso o senhor não tem nenhuma moral. Mas eu quero desenvolver esse assunto, Ver.^a Mônica. Sabe por que a senhora vem aqui? A senhora vem aqui porque a senhora não pode falar contra o Banco

Central, porque a senhora sabe que o Banco Central e a política que está nele hoje come quase metade dos recursos do orçamento em juros. E sabe quem está lá? Quem está no Banco Central? É o neto de um diplomata da época da ditadura militar! É um neto de um diplomata da época da ditadura militar, que ajudou a entregar muito patrimônio e riqueza nacional das Américas aos Estados Unidos. Então tem gente que não consegue falar do Brasil real. Por que não faça uma moção, aqui, de repúdio aos mais de 13% de juros que come junto na mesa do brasileiro? Cartão de crédito a mais de 300% ao mês. Isso eles não podem vir aqui. Cobrar do prefeito Melo melhorias no transporte, eles não podem cobrar, por isso que o Cecchim não vem aqui e não fala nada do Melo. Não fala nada, é tudo Lula, Lula, Lula! Eu queria saber se esses vereadores são o novo cargo criado no legislativo brasileiro, o vereador federal, que não cuida da cidade, cuida do Congresso, só que ele não tem uma cadeira em Brasília. Então, meus colegas que falam que não foi golpe, não foi golpe... Veio aqui a Comandante Nádia – ela gosta de ser chamada de Comandante, mas ela não comanda é nada mesmo; aí, aqui está o Temer falando que foi golpe, o Temer! Acho que foi por isso que a senhora saiu do PMDB, não é? A senhora não queria que chamasse de golpe, e ele queria. O Temer chamou de golpe! Ouvem aqui.

(Procede-se à execução de áudio.)

VEREADOR JONAS REIS (PT): Então, o Temer chama de golpe, é do MDB, que era o partido da Nádia, que é o partido do Cecchim, que subiu aqui. Ele chama de golpe, mas eles aqui não combinaram. Eu acho que é por isso que ela saiu do MDB! O Temer dizia que era golpe, e ela: “Não, não é golpe! Vou fazer uma moção logo aí adiante, contra.” Então, assim, vocês não estão com moral para subir nesta tribuna para tratar deste tema, até porque vocês foram coniventes, até agora vocês não falaram contra os baderneiros, os destruidores de patrimônio que foram a Brasília dia 8, que quebraram, defecaram em cima do patrimônio nacional – mais de R\$ 20 milhões – e não se envergonham disso. Aí vem aqui pedir o *impeachment* do Lula. Eu digo para vocês o seguinte: eleição é de quatro em quatro anos; vão lambendo as feridas que em 2026 tem mais, tá, tem mais. Beijinho, beijinho, tchau, tchau!

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Registro a presença do ex-vereador, ex-Presidente desta Casa, Ver. Valter Nagelstein, seja muito bem-vindo.

O Ver. Giovani Culau e Coletivo está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 009/23.

VEREADOR GIOVANI CULAU E COLETIVO (PCdoB): Sr. Presidente, vou perdendo, como passar dos dias, a capacidade de me surpreender aqui nesta Casa. Falava-se, há pouco, sobre dois pesos e duas medidas, pois bem, Ver. Alex, os mesmos vereadores, quando se deparam com moções apresentadas pela oposição,

dizem que esta Casa debate moções demais. Os mesmos aqui apresentam uma moção como esta. Eu não me surpreendo com as ideias contraditórias, para não falar, ou talvez falar, das teorias hipócritas defendidas aqui. E me sinto à vontade para dialogar, em especial com a primeira vereadora que subiu nesta tribuna, a Ver.^a Nádia. Não sei como é capaz de subir nesta tribuna defender democracia, defender as instituições porque eu me pergunto onde estava a Ver.^a Nádia quando havia acampamentos espalhados pelo Brasil inteiro defendendo intervenção militar. Onde estava a vereadora quando esta Casa debateu – e ela se negou a votar – uma moção contrária à invasão do Congresso, do Planalto e do Supremo? Onde estavam esses vereadores quando o ex-presidente – e felizmente ex-presidente – Bolsonaro inflava manifestações antidemocráticas que pediam, inclusive, o fechamento do Supremo. O Ver. Robaina falava aqui do sentido desta moção, e para mim é evidente, só existe um sentido nesta moção, que é fazer uma sinalização ao bolsonarismo. Mas eu quero lembrar que este bolsonarismo foi derrotado nas urnas na cidade de Porto Alegre. Na verdade, esta moção também tem um sentido antidemocrático de inconformidade com o projeto que foi eleito. A gente está falando aqui, vereadora, na verdade, da inconformidade com o enfrentamento ao garimpo ilegal, da inconformidade com a retomada do Fundo Amazônia, com a retomada da valorização do salário mínimo, com a ampliação da faixa de isenção do Imposto de Renda. Mas é melhor vocês já irem aceitando que este foi o projeto eleito no Brasil e também aqui em Porto Alegre. O meu colega Ver. Jessé falou que esta Câmara expressa a posição da cidade, e eu concordo, Ver. Jessé, mas eu acho que nós não podemos trair Porto Alegre, porque mais expressivo do que os nossos votos neste plenário, mais representativo é o voto direto dos cidadãos desta cidade, e o cidadão desta cidade consagrou a vitória do Lula no primeiro e no segundo turnos. Esta Câmara não pode trair Porto Alegre, é este o pedido que eu faço no dia de hoje. E o senhor, vereador, também falou que a oposição, ao longo dos últimos quatro anos, fez o mesmo que vocês fazem aqui hoje, e isso também não é verdade, porque o primeiro pedido de *impeachment* coletivo dos partidos de oposição se deu mais de ano depois do governo Bolsonaro ter começado, e vejam só, se deu tendo como justificativa a participação de Bolsonaro em atos antidemocráticos que vocês, naquele momento, não repudiavam. Eu queria, me encaminhando para o final, lembrar aos colegas vereadores e vereadoras, que semana passada a imprensa aqui do Rio Grande do Sul noticiava e comemorava que a Universidade Federal do Rio Grande do Sul oferece mais de 80 cursos gratuitos. Pois bem, esta Câmara precisa saber, covereadora Vívian, que um dos cursos oferecidos por uma das melhores universidades do Brasil e do mundo é um curso que se chama O Golpe de 2016! Talvez vocês, então, venham aqui falar de Marxismo cultural, mas eu não vou entrar neste debate, porque eu não consigo acreditar que se combata a educação, as universidades e as escolas, quando neste Brasil, quase quatro mil escolas não têm sequer banheiro.

Eu encerro dizendo, e este é o motivo pelo qual me referia ao curso oferecido pela universidade, que neste debate eu prefiro estar ao lado das luzes da intelectualidade, das luzes da universidade, das luzes daqueles que no Brasil e no mundo estudam as novas características dos golpes no nosso século, porque quem se

dedica a estudar esse tema, sabe bem que os golpes do Séc. XXI não se dão da mesma forma como nos séculos passados. É por isso que eu voto contra esta proposta de forma evidente, porque, acima de tudo, estou ao lado de Porto Alegre, e Porto Alegre está com Lula, e nós podemos ter perdido aqui que se falou ser o terceiro turno. Nós podemos ter perdido o terceiro com a Dilma, mas nós não vamos perder o terceiro turno agora, muito antes pelo contrário, nós vamos derrotar o bolsonarismo em Porto Alegre em 2024. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Sr. Presidente, solicito que após votada a moção, também fosse encaminhada aos seguintes partidos, que hoje estão na base do governo Lula: PT, PSB, PDT, PSOL, Rede, PV, Solidariedade, PSD, União Brasil, MDB, PROS, Agir e Avante. Eu vou, inclusive, fazer o requerimento por escrito para que possa ser encaminhado à direção partidária aqui do município. Não é nem nacional. Mas que seja encaminhado para as direções partidárias destes partidos que estão na base do governo Lula, nacional e municipal.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Por orientação da Diretora Legislativa, fornecer os endereços também.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Tranquilo, vou mandar para a Diretoria Legislativa, então, a formalização desta solicitação. Obrigado.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação nominal, solicitada pela Ver.^a Comandante Nádia, o Requerimento nº 009/23. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 14 votos **SIM** e 12 votos **NÃO**.

Vereadora Lourdes Sprenger (MDB): Sr. Presidente, gostaria de prestar um esclarecimento quanto à fala do Ver. Aldacir Oliboni, o MDB não está na base do governo federal, tem indicações inclusive do Presidente.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Feito o registro.

Vereador Aldacir Oliboni (PT): Nobre Presidente, para esclarecimento, tem partidos que se declararam independentes e estão no governo, como o PP e Cidadania. O MDB se declarou governo, está na base do governo. Só para esclarecer.

Vereador Jonas Reis (PT): Queria aqui aproveitar o ensejo da Ver.^a Lourdes e agradecer ao Ministro Renan Calheiros Filho, do MDB, que está fazendo um bom trabalho agora, ajudando o pessoal lá naquela crise que aconteceu no litoral norte de São Paulo, e orientá-la a ler os jornais, quais são os partidos dos ministros.

VOTAÇÃO

(encaminhamento: autor e bancadas/05 minutos/sem aparte)

REQ. Nº 024/23 – (Proc. nº 0074/23 – Ver. Cassiá Carpes, Gilson Padeiro, Fernanda Barth, Alexandre Bobadra, Pablo Melo e Ramiro Rosário) – Requer seja encaminhada Moção de solidariedade “À Sra. Janaína Conceição Paschoal, professora, jurista e deputada estadual de São Paulo, em apoio ao seu retorno às salas de aula da Faculdade de Direito do Largo do São Francisco (USP), onde leciona Direito Penal, em defesa ao pluralismo, à diversidade, à liberdade de opinião e de cátedra, frente à carta divulgada pelo Centro Acadêmico XI de Agosto, que busca impedi-la de reassumir as suas atividades docentes por divergências político-ideológicas”. **(SEI 023.00002/2023-81)**

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação o Requerimento nº 024/23. O Ver. Cassiá Carpes está com a palavra para encaminhar a votação da matéria, como coautor.

VEREADOR CASSIÁ CARPES (PP): Quero saudar o Presidente, vereadores, vereadoras, eu não sou de apresentar muitas moções aqui, mas esta trata da Sra. Janaína Conceição Paschoal, que eu não conheço, sei que é deputada estadual de São Paulo, professora concursada, e o Jonas gosta de colocar aqui que é concursada, concursada, Jonas. “Venho requerer à V. Exa., após a devida tramitação regimental” - que é o caso que nós estamos fazendo aqui – “a Moção de Solidariedade à Sra. Janaína Conceição Paschoal, professora, jurista e deputada estadual de São Paulo” – inclusive ela não se reelegeu, termina o mandato dela agora início de março –, “onde leciona Direito Penal em defesa ao pluralismo e à diversidade, à liberdade de opinião e de cátedra, frente à carta divulgada pelo Centro Acadêmico XI de Agosto, que busca impedi-la de reassumir suas atividades docentes por divergências político-ideológicas. Na carta dos alunos da USP, verifica-se uma lamentável postura de ódio e intolerância contra a deputada Janaína Paschoal, fruto de seu posicionamento político, que é diferente do defendido pelos alunos, que a rotulam de ser uma das lideranças e a principal fiadora jurídica da extrema direita” – isso eu não sei, eu acho que ela não é a principal da extrema direita –, “bem como atacam dizendo que a mesma tem dado uma contribuição indecente para o País.” Olhem o nível dos alunos!

Então, meus amigos, vou fazer uma comparação: imaginem o Jonas, nosso vereador, que está licenciado como professor, querendo reassumir as suas funções como professor, e os alunos vão lá e dizem: “O Jonas não pode, porque eu não concordo com o Jonas, ele é do PT, eu não quero mais ele aqui, que ele fique lá na Câmara”. O Jonas é concursado. Jonas, nesse sentido é que eu quis buscar essa reparação. Não gosto dela, não é do meu partido, não se reelegeu, é intransigente em muitas coisas, mas ela passou no concurso, é professora. Imaginem se todos os alunos numa universidade ou num colégio, numa escola fossem dizer quem seria o professor, começassem a escolher professor, a escolher diretor. Até tem participação, mas não escolhem sozinhos.

Imaginem vocês! É nesse caso que eu quero a aprovação de todos, porque se trata de uma professora concursada, é disso que nós estamos tratando. Aqui nós não tratamos mais da política, porque ela, inclusive, não se reelegeu, mas é professora concursada da USP, em São Paulo. Obrigado, um abraço, Presidente.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para encaminhar a votação do Requerimento nº 024/23.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha esta sessão, eu estava lendo o nome dos vereadores proponentes: Cássia Carpes, Gilson Padeiro, Fernanda Barth, Alexandre Bobadra, Pablo Melo e Ramiro Rosário. Zero surpresa, zero! Zero surpresa, porque esses partidos todos que eles representam estavam buscando o golpe à presidenta Dilma, e a senhora Janaina foi lá e protocolou um suposto pedido neutro de *impeachment*, lembram? Ela até pegou bandeira e se chacoalhava, fazia uma pirotecnia, ficou famosa no Brasil; jogou sua cabeleira para o ar e rasgou a Constituição – rasgou a Constituição! E esses vereadores vêm aqui e querem rasgar a Constituição, mas o que mais me escandaliza é o Bobadra, que diz que entende de direito, que deu aula de direito constitucional; o Pablo Melo, que diz ser advogado! Vocês imaginem um advogado ou uma advogada, como a Janaina Paschoal, dando aula: "Agora, gente, vou ensinar como é que vocês rasgam a Constituição. Tem que dar um jeitinho, organiza uns votos no Congresso e vai lá, inventa *impeachment fake*, inventa crime de responsabilidade..." Mas eu quero lembrar a esses vereadores que esta Janaina envergonhou o País! Jurista ela não é, é um arremedo. Foi uma tentativa de alguém lecionar direito, mas se perdeu na curva da história, naquela sede de poder, até porque depois ela foi candidata a quê? A deputada, e se elegeu por São Paulo, mas quando o bolsonarismo afundou, porque todo mundo descobriu a mentira toda, ela não se reelegeu. Agora ela quer voltar a dar aula e não está conseguindo, por quê? Tem que ter moral para ensinar sobre leis, tem que ter moral, não é qualquer um. A vida dela não está fácil, ela quer voltar a dar aula – eu até entendo –, mas tivesse pensado uma, duas, três vezes antes de embarcar naquela festinha com Moro, o Dallagnol, o Aécio Neves; até do Aécio Neves, falecido politicamente, vocês sabem disso, ninguém fala mais dele, lembrei aqui que ela estava junto, era toda essa turma. Agora querem prestar solidariedade à Janaina, a moça da pirotecnia? Quer dizer, esses vereadores, o Pablo Melo, por exemplo, não pode fiscalizar o pai dele, o pai dele é o prefeito, então ele não pode, ele tem que fazer moção mesmo, porque ele nunca vai falar de transporte, não vai falar de saneamento, de educação. Hoje, nós temos ausência de 500 professores nas salas de aula de Porto Alegre porque eles não fizeram concurso, sabem disso? Não fizeram concurso público. Aí vem o Pablo Melo aqui defender uma professora lá de São Paulo, por que ele não defende as professoras daqui, que estão com salário defasado em 30%, Pablo Melo? Vocês, o teu governo deve 30% de reajuste salarial para todo funcionalismo! Tem que pagar o que deve! Primeiro, o senhor deveria ensinar o seu pai a parar com essa política do calote, de achar que é normal ter servidor público

trabalhando e não pagar o que deve, aí, depois, o senhor poderá vir aqui falar de moção. Agora, eu me envergonho por vocês, porque a cidade está jogada às traças e vocês se dedicam a quê? moção de apoio a Janaina Paschoal, é não ter o que fazer mesmo! O Cassiá Carpes veio aqui e defendeu... Cassiá, as praças da cidade, onde a população quer praticar esporte à noite estão na escuridão; eu não vejo o senhor falar aqui, cobrar, cobrar que a secretaria responsável trabalhe, tem R\$ 500 milhões no caixa da Prefeitura. Vocês não falam do dinheiro que está parado, que o prefeito não opera para desenvolver política pública! Tem um déficit habitacional na cidade, gente, de 77 mil pessoas, é o cadastro no DEMHAB, são 77 mil pessoas esperando moradia – isso eles não cobram do prefeito, que está com R\$ 50 milhões no fundo da habitação. Agora, quer pegar o fundo da habitação, dissolver, e botar lá dentro do caixa único – isso eles não falam. Por isso que esses vereadores aqui, o Cassi, a Fernanda Barth, até o Gilson Padeiro que mora lá no Extremo-Sul, ele sabe do que eu estou falando, que o pessoal mora precariamente, mora, às vezes, em zona alagada. Vou lembrar o Ver. Gilson: lá no loteamento Ester é uma área que precisa de saneamento, o senhor veio aqui cobrar do prefeito, estão há dois anos esperando, teve gente que foi lá prometer. Então, cobrem do prefeito. Não é porque vocês são base dele que não podem cobrar, venham aqui cobrar. Agora, ficar brincando de moção a tarde inteira, dá licença.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Em votação nominal, solicitada pelo Ver. Aldacir Oliboni, o Requerimento nº 024/23. (Pausa.) (Após a apuração nominal.) **APROVADO** por 14 votos **SIM** e 5 votos **NÃO**.

(17h21min) Encerrada a Ordem do Dia.

Vereadora Lourdes Sprenger (MDB): Presidente, eu quero fazer uma solicitação, tendo em vista que eu já tenho uma frente parlamentar desde 2019 e foi criada outra, solicito que se faça uma junção para facilitar: a frente parlamentar que eu tenho, a Pacto Federativo, engloba a nova frente parlamentar. Então eu quero fazer essa solicitação.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): Por orientação da Diretoria Legislativa, basta que os presidentes acertem e requeiram.

SR. LUIZ AFONSO DE MELO PERES (Diretor Legislativo): Informo que, no dia 14 de fevereiro de 2023, durante a 002ª Reunião Ordinária da Comissão de Constituição e Justiça - CCJ, o Ver. Ramiro Rosário foi eleito e empossado vice-presidente da Comissão.

Registro a intenção dos vereadores Fernanda Barth e Márcio Bins Ely em terem votado favoravelmente ao Requerimento nº 007/23.

PRESIDENTE HAMILTON SOSSMEIER (PTB): A Ver.^a Mari Pimentel está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADORA MARI PIMENTEL (NOVO): Boa tarde, Presidente; boa tarde, colegas vereadores, já no fim da sessão; boa tarde, público que nos acompanha na TVCâmara; muitas vezes, a gente vem aqui criticar, debater, mas hoje eu queria trazer uma solução. Aqui eu tenho o Ver. Marcelo, que sabe da dificuldade das escolas infantis no nosso Município, e eu digo que soluções nós temos várias. A gente não precisa de uma única solução para o problema. Eu tenho uma lista de 21 escolas estaduais dentro do município de Porto Alegre que hoje trabalham com menos de 60% da ocupação. Ou seja, Ver. Gilson Padeiro, nós temos três escolas estaduais no Lami – algumas eu fui visitar – com salas disponíveis para educação infantil. Ver. Marcelo, nós temos também lá na sua região, também temos lá no bairro Navegantes, a Escola Estadual Brasília com vagas disponíveis, que nós poderíamos estar ocupando com as nossas crianças de zero a seis anos. Então, eu venho aqui trazer a importância do diálogo entre o nosso Município e o governo do Estado, para que a gente entenda que o desafio da educação não é um desafio de uma pessoa e não tem uma única solução, mas o diálogo é importante. Nós temos 21 escolas que têm a estrutura já montada e estão com salas de aulas ociosas. Em compensação, nós temos seis mil crianças na fila de espera por vagas na educação infantil. O diálogo, para somar forças e resolver esse problema, é importante por quê? Porque nós podemos fazer um convênio, podemos dividir a cozinha, nós temos como adaptar essa escola da maneira mais acolhedora para a educação infantil. E nós temos em todos os bairros, nós temos aqui vereadores de diversos bairros, nós temos no Menino Deus, nós temos no bairro Floresta, temos no Lami, no Tristeza, temos lá na Lomba do Pinheiro, que também é uma realidade em que faltam vagas. Ver. Jonas Reis, a educação do Município pode muito com Estado e deve dialogar com o Estado. Eu trago aqui, porque, muitas vezes, a gente vem só cobrar, e hoje eu trago uma das soluções para a educação do município de Porto Alegre entregar a carência que tem de seis mil vagas para nossas crianças. Não será essa a solução única, mas eu tenho certeza que 21 escolas, nas quais nós já estamos com toda a estrutura montada, podem sim estar de braços abertos acolhendo as nossas crianças da educação infantil. Obrigada, Presidente.

(Não revisado pela oradora.)

(A Ver.^a Cláudia Araújo assume a presidência dos trabalhos.)

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): O Ver. Jonas Reis está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR JONAS REIS (PT): Povo de Porto Alegre que acompanha esta sessão, eu trouxe aqui algumas imagens para vocês, para mostrar a situação que nós temos na nossa cidade. Pode parar nesse ônibus aí, por gentileza, dá um *pause*. Esse aí é o famoso T1. Para quem não anda de ônibus, ele tem o final da linha aqui na frente da Receita Federal. Estava eu vindo, caminhando sexta-feira, e esse ônibus ficou um tempão e não conseguia arrancar, um ônibus sucateado – carro 680, está ali, marquem

bem. Ou seja, esse carro não cumpriu a tabela, sabem por quê? De uma frota de 310 ônibus que tem a Carris, mais de 130 veículos têm algum problema, estão na garagem. Vamos agora lá, vamos agora olhar: 130 ônibus, nada mais, nada menos do que quase metade da frota parada, porque o projeto do Sebastião, que ele aprovou, a privatização da Carris, só que ele ainda não mostrou que ela é ineficiente, então, ele precisa atacar a imagem da empresa. Aí ele bota carros assim, que já saem da garagem com avaria, que não conseguem circular! E sabem quem está pagando o pato? É você, cidadão, porque você já paga adiantado a passagem de ônibus, correto? O seu cartão já tem R\$ 50,00, R\$ 100,00, R\$ 200,00, que o empregador coloca, que o senhor bota. Só que o senhor não consegue pegar o ônibus na parada! Às vezes, ele passa chutado, o que se chama de apedrejar parada, assim que a gente chama no linguajar, quando o ônibus passa lotado, porque ele se sobrecarrega, porque tem outros veículos parados. Metade da frota parada da Carris – metade da frota! É o projeto de sucateamento do prefeito para a população falar mal. Aí sabem o que acontece, quando o ônibus está superlotado? O pessoal diz assim: “Tem que privatizar mesmo isso!”; quando estraga: “Privatiza que melhora!”. O porém é que todas as empresas têm algum tipo de problema, porque o prefeito agora só entrega dinheiro para as empresas privadas. Antes ele falava assim: “Eu tenho que privatizar a Carris, porque ela só dá prejuízo”, mas ele não explica que ele passou R\$ 100 milhões para as empresas de ônibus privadas da capital. Esse é um probleminha que eu acho que o prefeito vai ter que se ver com a justiça, porque não é possível uma empresa se manter pública com o prefeito negligente sucateando com 40 CCs lá dentro! Para que 40 CCs dentro? Vão dirigir ônibus? Eles vão fazer a mecânica dos ônibus? Não, 40 CCs no escritório, parados lá dentro! Vamos exonerar esses caras! O senhor não disse: “Eu vou privatizar, porque são muitos cargos, muitos cargos!” Mas os CCs estão lá, ganhando R\$ 8 mil, R\$ 10 mil, R\$ 15 mil. Os CCs podem. Podem, porque daí acomodam o amigo do fulano, do beltrano, do sicrano, a tia, a mãe, a avó.

Essa é a calçada da frente do Largo dos Açorianos. Essa é a calçada que o prefeito mantém pública, na frente da parada de ônibus. Os paralelepípedos soltando, toda estragada. Aí ele diz: “Não, todos os cidadãos têm que ajeitar suas calçadas, consertar para ter acessibilidade”. Olha a acessibilidade que ele oferece, principalmente, na noite, para uma idosa, um cadeirante, uma pessoa com carrinho de bebê, uma pessoa com deficiência. Isso aí é a calçada de toda a cidade que o prefeito não consegue cuidar! Aí ele diz: “Eu sou zelador”. Bota o chapuzinho de palha – lembram da foto? – agora e vai e cumprimenta. Ele chega a ir, assim, com a mão, só cumprimentando, porque política ele não faz. Eu vou comprar um suporte para a mão estendida, para ele não ter câibra, não criar tendinite. Quatro anos com a mão estendida e negando direitos à população.

Ficam aqui dois temas: transporte e a situação da mobilidade das pessoas. Esta cidade está abandonada. O prefeito, a sua base, foi embora, porque discutiu só moções. Esses problemas aqui eles não discutem, não cobram! Prefeito, o senhor ganha R\$ 21 mil de salário! Bota uma turma a trabalhar, a consertar. Contrata uns mecânicos emergenciais para ajeitar os 130 ônibus da Carris. Mas eu acho que o senhor não vai fazer isso, porque está faltando dedicação ao povo de Porto Alegre. O senhor está de

costas para essa cidade. Mas nós vamos continuar mostrando aqui a verdade nua e crua que o senhor não quer, por isso que a base aliada só fala em moção. Muito obrigado.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): O Ver. Jessé Sangalli está com a palavra para uma Comunicação de Líder.

VEREADOR JESSÉ SANGALLI (Cidadania): Retorno à tribuna para fazer observações interessantes sobre alguns acontecimentos da cidade, e algumas que eu trouxe para o governo executar. Inclusive, aponte recursos em algumas, mas, por incapacidade de algumas secretarias, especialmente de alguns secretários, acabaram se perdendo.

Temos uma grande dificuldade de conseguir encontrar soluções legítimas e efetivas para a cidade. Todos os vereadores sabem que, ao se deslocar pela cidade, nós observamos problemas, como, por exemplo, o que o vereador acabou de trazer. Só que não basta apresentar o problema, tem que buscar a solução. Quando a gente busca a solução e apresenta para o secretário, nós esperamos que o secretário resolva o problema. Acontece, muitas vezes, infelizmente, de o secretário, talvez, por ver no vereador um futuro adversário, não nos ajudar. Só que, ao não ajudar o vereador que demanda um problema, na verdade, ele está prejudicando a cidade e o governo. Eu entendo que isso tem que cessar na cidade de Porto Alegre, por isso comuniquei ao prefeito esse fato triste que tem acontecido por parte de algumas secretarias. Gostaria de tornar públicas algumas reivindicações legítimas da cidade que eu fiz como parlamentar e que não andaram por inveja, por incapacidade ou por incompetência de alguns secretários de Porto Alegre. Um dos exemplos é o itinerário do T4. Vocês sabem que quem está se deslocando de T4 da Zona Sul para a Zona Norte, quando ele sai da Av. Ipiranga para entrar na Av. Antônio de Carvalho, ele faz um retorno pela Av. Antônio de Carvalho. Só que esse itinerário fica a menos de cem metros, talvez menos ainda, do terminal Antônio de Carvalho, e muitas pessoas que fazem a baldeação do T4 nesse local têm que sair caminhando do Terminal Antônio de Carvalho e ir até a Av. Antônio de Carvalho, muitas vezes sendo assaltados no trajeto. Não faz sentido que nós tenhamos uma linha que faz um trajeto de 30, 40 quilômetros, que não possa, por 150 metros ou 100 metros de trajetória, deixar de passar por um ponto que poderia ser um ponto de baldeação muito importante na nossa cidade. Eu já passei para a EPTC, a EPTC negou, como nega todos os nossos pedidos de vereadores. Eu reclamei para o responsável, que falou que iria reavaliar, e até agora não veio. Não faz sentido, se nós vereadores não temos o direito de solicitar uma demanda legítima da cidade, que aumenta em 50, 100 metros um trajeto e vai diminuir o risco de assalto, vai, inclusive, ter a chance de aumentar o número de passageiros, não faz o mínimo sentido a EPTC negar isso. A gente sabe que muitas vezes, por *lobby*, ela aumenta o trajeto em três, quatro paradas, mesmo quando não justifica. Nesse caso, não faz o mínimo sentido não aceitar.

O outro caso muito interessante que foi negado de maneira formal, só que não faz o mínimo sentido negar, é a demarcação de corredores de lazer aos domingos e feriados nas regiões onde têm corredor físico central de ônibus e de maneira descentralizada na cidade. Por exemplo: Av. Bento Gonçalves, Zona Sul de Porto Alegre e outros locais. As pessoas querem poder acessar o lazer nos locais onde residem, e hoje nós temos a Perimetral entre a Av. Ipiranga até chegar lá nas imediações do aeroporto, que tem corredor central do lazer, e passem, a EPTC respondeu que não poderia colocar o mesmo corredor de lazer na Av. Bento Gonçalves, porque as pessoas poderiam, ao não saber adequadamente quais são as sinalizações, gerar atropelamento. Quer dizer que pode ter atropelamento na Av. Bento Gonçalves, junto ao corredor do lazer, que nós pedimos a implementação, mas não pode ter atropelamento entre a Av. Ipiranga e o aeroporto, não faz o mínimo sentido. O que entendo é que falta boa vontade por parte da EPTC para fazer esse tipo de implementação. Uma outra reclamação que tenho – duas são sobre a Secretaria Municipal de Obras e Infraestrutura. Na Secretaria de Obras, quando nós fomos empenhar as emendas impositivas a que temos direito na Câmara de Vereadores, não apresentou o estudo para o meu mandato para encaminhar R\$ 50 mil para desenvolvimento de projeto para as duplicações pontuais da Av. Protásio Alves, entre a Rua Moema e a Av. Delegado Ely Corrêa Prado – perdeu-se o dinheiro. Eu encaminhei para o outro projeto que não precisa, que era das pontes do entroncamento da Av. Antônio de Carvalho com a Av. Ipiranga e Perimetral. E mais do que isso, porque esse valor é relativamente pequeno. A deputada federal Any Ortiz conseguiu um R\$ 1,5 milhão junto ao governo federal para fazer um acesso alternativo na saída do Túnel da Conceição. Como a Secretaria de Obras não teve capacidade de abrir um *e-mail*, o município de Porto Alegre perdeu R\$ 1,5 milhão. Então, fica aqui a nossa crítica à má gestão por parte de alguns secretários que têm prejudicado o governo Melo, e vai acabar prejudicando a cidade de Porto Alegre, por conta dessa competição, a maneira como nos veem – não somos seus adversários, somos aliados da cidade. E se os secretários da cidade continuarem nos vendo, os vereadores da base, como adversários, quem vai perder é o governo Melo e a cidade de Porto Alegre.

(Não revisado pelo orador.)

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Passamos à

PAUTA - DISCUSSÃO PRELIMINAR

(05 oradores/05 minutos/com aparte)

1ª SESSÃO

PROC. Nº 0912/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 446/22, de autoria do Ver. Giovane Byl, que denomina Rua Paulo Antônio Barbosa Xavier o logradouro público conhecido como Beco Um da José Grimbergue – Vila Dom Pedro –, localizado no Bairro Rubem Berta. **(SEI 158.00155/2022-01)**

PROC. Nº 0044/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 020/23, de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, que inclui a efeméride Dia em Defesa da Democracia no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 08 de janeiro.

(SEI 021.00021/2023-17)

PROC. Nº 0080/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 037/23, de autoria do Ver. Claudio Janta, que inclui a efeméride Dia do Sacerdote de Umbanda e Candomblé no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 27 de abril. **(SEI 024.00011/2023-71)**

PROC. Nº 0078/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 035/23, de autoria do Ver. Gilson Padeiro, que concede o título de Cidadão de Porto Alegre ao senhor Eduardo Figueiredo Cavalleiro Leite. **(SEI 165.00225/2022-14)**

2ª SESSÃO

PROC. Nº 0741/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 372/22, de autoria do Ver. Alvoni Medina, que declara de utilidade pública a Associação dos Caminhadores do Rio Grande do Sul. **(SEI 020.00067/2022-48)**

PROC. Nº 0925/22 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 454/22, de autoria do Ver. Aldacir Oliboni, que inclui a Semana Municipal de Conscientização e Enfrentamento ao Uso de Fogos de Artifício no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores. **(SEI 021.00274/2022-00)**

PROC. Nº 0013/23 – PROJETO DE LEI DO EXECUTIVO Nº 001/23, que altera o art. 1º da Lei nº 8.538, de 4 de julho de 2000, que declara a Pastoral de Auxílio Comunitário ao Toxicômano como de utilidade pública, alterando o nome da entidade para Programa de Auxílio Comunitário Terapêutico de Porto Alegre (PACTO/POA). **(SEI 118.00161/2023-71)**

PROC. Nº 0054/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 025/23, de autoria do Ver. Claudio Janta, que inclui o evento Semana Municipal de Conscientização Sobre a Esclerose Múltipla no Anexo II da Lei nº 10.903, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Eventos de Porto Alegre e Calendário Mensal de Atividades de Porto Alegre –, e alterações posteriores, na semana que contemple o dia 30 de agosto. **(SEI 024.00010/2023-26)**

PROC. Nº 0062/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 030/23, de autoria do Ver. Gilson Padeiro, que denomina Rua Antonio Dídimo Lopes o logradouro público não cadastrado conhecido como Beco Dezoito – Estrada Otaviano José Pinto –, localizado no Bairro Lami. (SEI 165.00024/2023-90)

PROC. Nº 0070/23 – PROJETO DE LEI DO LEGISLATIVO Nº 033/23, de autoria do Ver. Márcio Bins Ely, que inclui a efeméride Dia dos Esportes Eletrônicos (eSports) no Anexo da Lei nº 10.904, de 31 de maio de 2010 – Calendário de Datas Comemorativas e de Conscientização do Município de Porto Alegre –, e alterações posteriores, no dia 19 de outubro. (SEI 037.00033/2023-28)

PROC. Nº 0001/23 – PROJETO DE RESOLUÇÃO Nº 001/23, de autoria do Ver. Idenir Cecchim, que concede o Prêmio Tradicionalista Glaucus Saraiva ao Centro de Tradições Gaúchas (CTG) Tiarayú. (SEI 138.00066/2022-77)

PRESIDENTE CLÁUDIA ARAÚJO (PSD): Não há inscritos para discutir a Pauta. Está encerrado o período de discussão de Pauta.

Estão encerrados os trabalhos da presente sessão.

(Encerra-se a sessão às 17h37min.)

* * * * *